

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Patrick Müller Depner

**TRANSIÇÃO ARAÚJO – FRANÇA (2019 – 2022): MUDANÇA E  
MANUTENÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BILATERAL E  
MULTILATERAL**

Santa Maria, RS  
2023

Patrick Müller Depner

**TRANSIÇÃO ARAÚJO – FRANÇA (2019 – 2022): MUDANÇA E  
MANUTENÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BILATERAL E  
MULTILATERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Günther Richter Mros

Santa Maria, RS  
2023

**Patrick Müller Depner**

**TRANSIÇÃO ARAÚJO – FRANÇA (2019 – 2022): MUDANÇA E  
MANUTENÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BILATERAL E  
MULTILATERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,  
RS) como requisito parcial para a obtenção do  
título de grau de Bacharel em Relações  
Internacionais

Aprovado em 01 de fevereiro de 2023

---

**Günther Richter Mros, Dr. (UFSM)**  
**(Orientador)**

---

**Bruno Hendler, Dr. (UFSM)**  
**(Avaliador)**

---

**José Renato Ferraz da Silveira, Dr. (UFSM)**  
**(Avaliador)**

Santa Maria, RS  
2023

## AGRADECIMENTOS

Este é o ato final de uma trajetória fruto do investimento do Estado brasileiro que fomentou um elogiável sistema público de educação. Meu percurso coincidiu com uma das fases mais árduas já enfrentadas pela educação brasileira, portanto, agradeço àqueles e àquelas que defenderam o ensino de qualidade, público e gratuito ao qual tive acesso e à UFSM, por sua resiliência. Com ela, agradeço ao corpo docente de Relações Internacionais pelo empenho dedicado à minha formação, em especial, ao professor Günther pela paciência, apoio e auxílio necessários para que eu chegasse onde estou, sendo fundamental na minha carreira. Da mesma forma, meu agradecimento aos professores da banca, Bruno e José Renato por terem aceito o convite de fazer parte desse momento especial e por terem impactado de maneira tão positiva a minha graduação. Às pessoas que enxergam na educação uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento desse país, deixo minha promessa de dedicação para retribuir toda a confiança.

Aos meus pais, Elizângela e Cleiton, qualquer palavra de agradecimento é pouca. Os diálogos, a confiança, o carinho, a compreensão, a paciência e os ensinamentos são o que me forjam. Vocês estão presentes em tudo aquilo que faço e serei sempre imensamente grato, mesmo que não o verbalize. Enfim, devo-lhes tudo em minha vida, inclusive ela própria. Agradeço aos meus familiares, especialmente às minhas avós, que ocupam em mim um lugar especial. Sou grato à Melissa, à Manuela, ao Paulo e a todos que se tornaram minha segunda família. Minha gratidão se estende também àqueles que se tornaram perdas físicas, mas amor em pensamento.

Minha gratidão às inúmeras amigas que estiveram comigo na alegria e na adversidade. Saibam que, independente do grau de proximidade que estabelecemos ou da menção ao seu nome, carregarei para sempre o desejo que eu tenha impactado de maneira positiva. De forma especial agradeço a Pedro Uberti, Zaura, André, Rafaella e Flávio; Theo, Luiza, Érika, Felipe, Anna, Júlia A., Jean e Kevin; Pedro C., Biteco, Gab Ferreira, Vitória e Luci e a tantos outros da faculdade, do colégio e da infância. Vocês foram a família que escolhi para me acompanhar e estarão, senão presencialmente, em minhas melhores lembranças.

Por fim, agradeço à pessoa que torna qualquer segundo eterno. Helena, teu amor, apoio e conforto são fundamentais não só para que esse trabalho fosse concluído, mas para que minha vida ganhasse outro sentido. Obrigado por me dar a mão e seguir comigo nessa caminhada. Toda e qualquer homenagem vai ser pouca para retribuir tudo o que você significa para mim.

## RESUMO

### **TRANSIÇÃO ARAÚJO – FRANÇA (2019 – 2022): MUDANÇA E MANUTENÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BILATERAL E MULTILATERAL**

AUTOR: Patrick Müller Depner  
ORIENTADOR: Günther Richter Mros

Esta monografia tem como orientação a seguinte pergunta de pesquisa: houve mudança na política externa brasileira nos âmbitos bilateral e multilateral com a nomeação de Carlos França ao cargo de Ministro das Relações Exteriores no lugar de Ernesto Araújo? Para respondê-la, recorreu-se à pesquisa documental nas agendas oficiais das autoridades e na Biblioteca Digital da Assembleia Geral das Nações Unidas para verificar, respectivamente, o registro de seus contatos bilaterais e o comportamento do corpo diplomático brasileiro em arena multilateral por meio de suas votações. Essas categorias analíticas foram empregadas considerando que os índices resultantes da diplomacia representam valores empregados pela política externa. Para a interpretação dos dados, foram utilizados conceitos teóricos com lastro na pesquisa bibliográfica de perspectivas como a Análise de Política Externa e a Política Externa Comparada, amparadas pela visão construtivista de Relações Internacionais. Por meio do método de abordagem indutivo e do método de procedimento comparativo, inferiu-se que a gestão de Carlos França se caracterizou pelo apaziguamento, com traços de mudanças pontuais dentro da manutenção de linhas gerais da política externa brasileira iniciada por Ernesto Araújo.

**Palavras-chave:** Ernesto Araújo. Carlos França. Política Externa Brasileira. Análise de Política Externa. Política Externa Comparada.

## ABSTRACT

### **ARAÚJO – FRANÇA TRANSITION (2019 – 2022): CHANGE AND MAINTENANCE IN BILATERAL AND MULTILATERAL FOREIGN POLICY**

AUTHOR: Patrick Müller Depner

ADVISOR: Günther Richter Mros

This monograph is guided by the following research question: was there a change in Brazilian foreign policy in the bilateral and multilateral spheres with the appointment of Carlos França to the position of Minister of Foreign Affairs in place of Ernesto Araújo? To answer it, documentary research was used in the official agendas of the authorities and in the Digital Library of the General Assembly of the United Nations to verify, respectively, the record of its bilateral contacts and the behavior of the Brazilian diplomatic corps in the multilateral arena through its votes. These analytical categories were used, considering that the indices resulting from diplomacy represent values used by foreign policy. For the interpretation of the data, theoretical concepts were used with ballast in the bibliographical research of perspectives such as the Analysis of Foreign Policy and Comparative Foreign Policy, supported by the constructivist view of International Relations. Through the inductive approach method and the comparative procedure method, it was inferred that the administration by Carlos França was characterized by appeasement, with traces of specific changes within the maintenance of general lines of the Brazilian foreign policy initiated by Ernesto Araújo.

**Keywords:** Ernesto Araújo. Carlos França. Brazilian Foreign Policy. Comparative Foreign Policy.

## LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Mudança e manutenção de posicionamento nas votações das resoluções da AGNU sob Carlos França em relação àquelas sob Ernesto Araújo.....	49
--	----

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Contatos bilaterais de Ernesto Araújo por país.....	31
TABELA 2 – Médias de Ernesto Araújo.....	33
TABELA 3 – Médias de Carlos França.....	34
TABELA 4 – Contatos bilaterais de Carlos França por país.....	35
TABELA 5 – Países mais contatados por Araújo e França.....	39
TABELA 6 – Comparação de contatos bilaterais por região .....	40
TABELA 7 – Resoluções da AGNU em que houve mudança de voto com a transição Araújo – França.....	50

## LISTA DE SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
APE	Análise de Política Externa
BRICS	Brasil-Índia-Rússia-China-África do Sul
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEC	Política Externa Comparada
PEX	Política Externa
PROSUL	Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UNASUL	União das Nações Sul-americanas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO BOLSONARO.....</b>	<b>18</b>
<b>3. POLÍTICA EXTERNA BILATERAL .....</b>	<b>29</b>
3.1 DIPLOMACIA BILATERAL DE ERNESTO ARAÚJO.....	30
3.2 DIPLOMACIA BILATERAL DE CARLOS FRANÇA.....	34
3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	37
<b>4. POLÍTICA EXTERNA MULTILATERAL .....</b>	<b>42</b>
4.1 DIPLOMACIA MULTILATERAL DE ERNESTO ARAÚJO E CARLOS FRANÇA....	45
4.2 VOTAÇÕES NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU .....	48
4.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	52
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE A – TABELA DE VOTOS DO BRASIL POR RESOLUÇÃO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA ONU DE 2019 A 2022 .....</b>	<b>63</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por objetivo geral descobrir se houve alguma mudança na política externa gerida por Carlos França em relação a de Ernesto Araújo à frente do Itamaraty, levando em conta índices da diplomacia política em âmbito bilateral e multilateral. Para isso, utiliza-se de conceitos teóricos como a Análise de Política Externa (APE) e, mais especificamente, da Política Externa Comparada (PEC), que serão explicados a seguir. Neste cenário, a pergunta que guia este trabalho é: houve mudança na política externa brasileira nos âmbitos bilateral e multilateral com a nomeação de Carlos França ao cargo de Ministro das Relações Exteriores no lugar de Ernesto Araújo? Para respondê-la é necessário alcançar os seguintes objetivos específicos: sintetizar as produções que examinam a política externa do período, analisar a diplomacia bilateral de cada chanceler e avaliar a inserção da política internacional brasileira no âmbito multilateral, em ambos os casos a partir de uma abordagem comparativa.

Desse modo, pretende-se observar as diferenças e semelhanças de comportamento da política internacional do Brasil sob ambos os comandos de chancelaria, a partir da análise de informações e dados, sem partir de nenhuma hipótese prévia. Por conseguinte, utiliza-se o método indutivo de abordagem, uma vez que a pretensão é extrair dados e examiná-los, e só então propor abstrações. A escolha desse método se dá pela perspectiva de que a criação de hipóteses pode tendenciar a escolha de categorias analíticas e dados amostrais à pesquisa, acabando por condicionar apenas a busca por corroborações e/ou falseamentos. Mazucato (2018) aponta que, no método indutivo, tenta-se descobrir uma relação existente entre fenômenos e elaborar uma explicação mais generalizante, a partir da observação de um conjunto razoável de fenômenos semelhantes. No mesmo sentido, Lakatos e Marconi (2003, p. 86) definem a indução como “um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”.

Dessa forma, nota-se que o método de procedimento adotado será o comparativo, que se caracteriza justamente por sua “finalidade de verificar similitudes e explicar divergências” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 107). Conforme explicam as autoras, esse método pode ser empregado tanto em estudos quantitativos ou qualitativos e em todas as fases da investigação. Com ele, permite-se analisar os dados concretos, depreendendo deles os “elementos constantes, abstratos e gerais”. Beasley (2012) também expõe a utilidade da comparação ao buscar descobrir semelhanças e diferenças quando selecionamos o que examinar e determinamos

padrões. Ao resgatar a relevância do método comparativo aplicado à Ciência Política, González (2008, p. 7) destaca ser importante “enfocar a análise comparativa em casos comparáveis” e percebe-se que a pesquisa se encaixa nesta pretensão. Lakatos e Marconi (2003, p. 107) reforçam que, com esse método de procedimento, é possível, até certo ponto, apontar vínculos causais entre os fatores presentes e ausentes em caso de busca por explicações. Assim, o método se faz relevante no presente trabalho pela capacidade explicativa a casos similares de dois indivíduos que ocuparam o mesmo papel de liderança em períodos bastante próximos e por complementar a abordagem indutiva na observação de dados levantados para encontrar relações existentes e generalizar respostas.

No que diz respeito ao levantamento de dados, Lakatos e Marconi (2003, p. 174) apontam que ele pode ser feito tanto pela pesquisa documental (ou de fontes primárias) quanto de pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias). Nesta monografia foram empregadas as duas técnicas de pesquisa. No que se refere às fontes secundárias foram utilizados livros, monografias, teses, dissertações e artigos científicos que balizaram o aporte teórico. Além disso, foram aproveitadas transcrições de discursos e artigos jornalísticos em forma de reportagens, colunas de opinião e entrevistas, as quais foram úteis pela aproximação temporal com os fatos pesquisados.

Em relação às fontes primárias, Dionne e Laville (1999, p. 167) oferecem uma definição ampla sobre a pesquisa documental distinguindo diferentes tipos de documentos “desde as publicações de organismos que definem orientações [...] até documentos pessoais, diários íntimos [...], passando por diversos tipos de dossiês [...], os artigos de jornais e periódicos e as diversas publicações científicas [...]”. Por outro lado, Lakatos e Marconi (2003, p. 175), considerando três variáveis, tipificam as fontes primárias e secundárias entre escritas ou não escritas e contemporâneas ou retrospectivas. Dessa forma, as fontes primárias utilizadas neste trabalho são caracterizadas como escritas e contemporâneas, uma vez que foram compiladas informações recentes sobre os compromissos nas agendas oficiais dos ex-ministros e sobre os registros de votos na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Com isso, cabe explicar as categorias analíticas escolhidas e o procedimento utilizado na pesquisa. No que tange a verificação sobre o comportamento da diplomacia bilateral, foi utilizada a categoria analítica de “contatos bilaterais de alto nível”. Essa categoria é aqui definida como ocasiões de encontros presenciais, videoconferências e/ou telefonemas entre o Ministro de Relações Exteriores do Brasil e seu homólogo estrangeiro e/ou Chefe de Estado e/ou de Governo. A opção por essa análise se deu pela capacidade de representar as escolhas dos formuladores da política externa brasileira nas aproximações e distanciamentos em relação

aos outros Estados. Inicialmente se esclarece que a escolha acaba por igualar em relevância visitas oficiais a telefonemas, por exemplo, mas é condição necessária para a equidade na comparação entre os ministros, uma vez que Ernesto Araújo enfrentou mais restrições de encontrar-se pessoalmente pelas consequências da pandemia de COVID-19.

Embora a utilização do critério de encontros somente entre ministros de Relações Exteriores e chefes de Estado permita uma melhor padronização na definição de encontros de alto nível, ela também apresenta algumas limitações. A restrição acaba por deixar de lado reuniões com parlamentares estrangeiros, vice-presidentes, vice-ministros, subsecretários, assessores especiais e ministros de Estado de outras pastas que podem estar representando diplomaticamente o país ou significam em si mesmos um importante cargo político, mas sua inclusão, dificultaria uma equiparação bem delimitada e incapacitaria a filtragem para as pretensões desta pesquisa. Os contatos bilaterais de alto nível foram compilados com base nos compromissos oficiais disponibilizados nas agendas anteriores dos chanceleres, disponíveis no sítio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2023). Há, porém, a disponibilização das agendas em duas formas: a primeira encontra-se em formato de planilha e se refere aos compromissos anteriores a novembro de 2020 e a segunda forma, com eventos a partir de dezembro de 2020, está em formato de agenda digital. Para ambas as formas, foram utilizados alguns critérios para filtrar os compromissos: (1) aglomerar contatos por evento/ocasião; (2) considerar reuniões explicitamente de trabalho ou cerimônia de representação do Estado; (3) desconsiderar reuniões com instituições supranacionais; (4) considerar, mas destacar a representação venezuelana.

O primeiro critério caracteriza-se por considerar somente um contato realizado por ocasião executada, isto é, se o ministro realizou uma visita oficial a um outro país e nesta oportunidade reuniu-se, a saber, com seu homólogo e logo em seguida com o presidente daquele país, julga-se que ambos os encontros fazem parte de uma mesma oportunidade de contato bilateral. Outro exemplo é a realização de duas reuniões no mesmo dia com outro chanceler, uma privada e outra ampliada. Ambas serão contabilizadas como um contato. Isso justifica-se pela pretensão quantitativa de observar estritamente a escolha dos países mais focalizados, o que poderia ser inflacionado caso fossem contabilizados todos os compromissos realizados em um mesmo evento. O segundo critério, pelos mesmos motivos, desconsidera a realização de almoços ou jantares com outras delegações em que não são especificados pela agenda como sendo de trabalho. Por outro lado, leva-se em conta como um contato bilateral se o ministro está presente em uma cerimônia na qual representa o Estado brasileiro, como na posse de um presidente, por exemplo.

O terceiro filtro permite desconsiderar reuniões com representantes de entidades como a União Europeia, a Liga Árabe ou a ONU, por exemplo, por entender que essas instituições abrangem interesses diferentes daqueles que podem ser realizados de Estado para Estado. Por fim, destaca-se a situação da Venezuela, já que uma das primeiras ações do Itamaraty no governo Bolsonaro, foi o não reconhecimento do governo de Nicolás Maduro, da Venezuela, em prol do presidente autodeclarado Juan Guaidó (VALENTE, 2019). Dessa forma, os encontros de Ernesto Araújo com Guaidó e a embaixadora Maria Teresa Belandria Exposito foram considerados contatos bilaterais com a Venezuela por serem as representações máximas da política internacional venezuelana reconhecidas pelo Brasil, mas que não necessariamente dialoga com o poder exercido de fato dentro do país vizinho. Este foi o único caso em que foram contabilizados encontros com embaixadores.

No que diz respeito à categoria analítica utilizada para avaliar a diplomacia política brasileira no âmbito multilateral, recorreu-se às votações em arena multilateral, mais especificamente da missão diplomática do Brasil na Assembleia Geral da ONU. A definição por esse parâmetro considera a representatividade da Assembleia como o principal foro global da política multilateral em que o voto emula os valores da política externa formulada pelos chanceleres. Para isso, foi necessário acessar as resoluções disponibilizadas na Biblioteca Digital da ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023b), referentes às Assembleias que ocorreram desde 2019. Inicialmente foram desconsideradas as resoluções adotadas sem votação e catalogadas as restantes que foram apresentadas na 74ª AGNU, utilizada como base. Em seguida, realizou-se uma pesquisa avançada pelo título das resoluções, registrando o voto do Brasil em cada recorrência. Dessa forma, foi possível observar o comportamento da delegação brasileira em relação aos mesmos documentos e sem filtrá-los por temas previamente definidos. Contudo, esse método apresenta uma limitação, decorrente da mudança no processo de votação durante a pandemia. Como explica Alonso (2020), diferente do sistema em que os Estados se manifestam através de *sim*, *não*, *abstenção* ou *não votando*, no início da pandemia a ONU orientou que as delegações poderiam *endossar*, *objetar* ou *não se expressar*. A diferença reside no fato de que, como a objeção derrubaria o texto, a sua aprovação é considerada unânime, mesmo que a não expressão demonstre certo descaso pela proposta. Dessa forma, as resoluções são descritas como “adotadas sem votação”, no site da Biblioteca Digital da ONU e acabaram não entrando na conta.

À vista disso, torna-se possível a comparação entre os dados levantados, mas como aponta González (2008, p. 10) “a abundância de dados, variáveis e resultados de pacotes estatísticos é inútil sem um corpo teórico que lhe dê sentido”. Uma vez que “a finalidade da

pesquisa científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 224), faz-se necessário explicar alguns conceitos.

Parte-se da explanação do termo política externa (PEX) que, conforme descreve Breuning (2007, p. 5, tradução nossa), diz respeito à “totalidade das políticas de um país em relação às interações com o meio ambiente além de suas fronteiras” e não se limita a questões militares, mas também diz respeito à economia, meio ambiente e direitos humanos (BEASLEY, 2012). Hermann (1990, p. 5, tradução nossa) contribui estipulando sua definição como “um programa projetado para resolver algum problema ou perseguir algum objetivo que implique ação em relação a entidades estrangeiras”. Soma-se a eles a definição de Figueira (2012, p. 6) para quem a política externa “(...) não apenas aponta para os objetivos e linhas mestras que o país adotará na sua relação com os demais agentes do sistema internacional, mas também deve compor estratégias de atuação nas diversas dinâmicas da vida internacional (...)”.

Nesse ínterim, destaca-se a definição de Amado Cervo (2008a). O autor brasileiro, ao diferenciar diplomacia, política exterior e relações internacionais, explica que “cada conceito é determinado pelo grau de abrangência”, sendo relações internacionais o mais largo e diplomacia o menos abrangente. Com isso, nota-se que a diplomacia se insere dentro da política exterior e se define por ser “(...) a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses”, podendo ser observada em sua dimensão global, regional e bilateral, quando na negociação de agendas comuns. Mais especificamente sobre a política exterior, vê-se que é uma variável que se interrelaciona com o primeiro conceito, já que “cabe à política exterior (...) prover o conteúdo da diplomacia desde uma perspectiva interna, quer seja nacional, regional, quer seja universal”. Assim, constata-se que os estadistas delimitam os pressupostos da política externa que, por sua vez, são colocados em prática por meio da função dos diplomatas (CERVO, 2008a, pp. 8-10). Por esse motivo, na presente monografia são capturadas as informações exercidas pelo resultado da diplomacia em nível bilateral e multilateral, que ajudarão a compreender as perspectivas de política externa elaboradas para sua consecução.

Esses pressupostos orientados para fora do Estado são objetos de estudo da Análise de Política Externa (APE). A APE, conforme descrevem Salomón e Pinheiro (2013), é um subcampo das Relações Internacionais que põe foco no processo decisório da política pública além-fronteiras, levando em consideração unidades particulares e múltiplos fatores, inclusive do plano doméstico, que determinam a sua execução. Ao encontro do que afirmam as autoras, Beasley (2012) reitera que uma análise política é capaz de conectar o estudo das relações

internacionais com o estudo da política doméstica. Nesse sentido, constata-se por essa abordagem que “o processo decisório de política externa é um complexo jogo de interação entre diferentes atores permeados por uma imensa gama de estruturas, seja do sistema internacional, seja do doméstico, envolvidos em um processo dinâmico de interação” Figueira (2012, p. 20). Dessa forma, qualquer explicação requer múltiplos fatores, mas há formas de se aproximar de padrões, compreender tomadas de decisão e explicar fatores. Um desses meios é por meio da avaliação de semelhanças e diferenças através da política comparada, que dá base ao estudo de Política Externa Comparada (BEASLEY, 2012; BEASLEY; LANTIS, 2017).

A Política Externa Comparada (PEC) define-se por ser interdisciplinar e conectar, conforme supracitado, o estudo das relações internacionais e da política doméstica. Ela pode ser definida através de cinco características, de acordo com Beasley e Lantis (2017, p. 4). São elas: (1) a centralidade no agente, destacando a importância dos formuladores de política externa; (2) contextos políticos domésticos e internacionais são equiparados em influência da formulação de política externa; (3) as interpretações subjetivas dos indivíduos também são relevantes na modulação da política externa; (4) abrange uma diversidade de métodos e abordagens de pesquisa; (5) pode ser organizada em diferentes níveis de análise a depender dos fatores utilizados para explicar a política externa, sejam eles na dinâmica internacional, em fatores intraestatais ou a no âmbito individual.

No caso desta pesquisa, observa-se os resultados exercidos pela política externa brasileira considerando como fator primário que seu processo decisório teve influência do papel das lideranças políticas da chancelaria (nível individual), mas sem desprezar a relevância do contexto político interno (estatal) e do ambiente (sistêmico internacional), níveis de análise que também são apontados no trabalho de Breuning, (2007). Mesmo assim, Salomón e Pinheiro (2013) salientam que é possível que os autores de APE permaneçam neutros em relação ao peso que fatores sistêmicos ou domésticos possuem, deixando a influência transparecer na própria pesquisa empírica.

Como o foco da comparação se dará no papel dos líderes da formulação da política externa brasileira, parte-se da ideia que o Estado não é uma entidade à parte, mas sim uma instituição gerida por seres humanos racionais que tomam decisões baseadas em suas ideologias e perspectivas próprias. Nesse sentido, a pesquisa possui como respaldo a matriz teórica construtivista das Relações Internacionais, uma vez que outros atores são considerados relevantes para a construção da política externa, além do Estado. O Construtivismo, conforme explicam Nogueira e Messari (2005), possui no artigo de Alexander Wendt (1992) intitulado “*Anarchy is what States make of it*” um de seus trabalhos seminais e que suscita a premissa de

que o mundo é construído pelas escolhas dos seres humanos, uma vez que somos agentes com poder de modificar a estrutura. Essa é a ideia exaltada por Breuning (2007) que utiliza a PEC partindo do ponto de que as decisões estatais são tomadas por seres humanos e o papel do analista é compreender suas motivações, compreensões e os fatores que implicaram nas suas escolhas. Ao aplicar o Construtivismo na APE, Cepaluni e Vigevani (2007, p. 276) apontam que esse pressuposto é importante na percepção de que “as estratégias políticas dos países são socialmente construídas por ideias a respeito da realidade social e do mundo externo”.

Contudo, para a consecução de todos os objetivos desta monografia, a interpretação das informações coletadas da pesquisa documental renunciará ao encaixe e à aplicação em teorias específicas e fechadas, servindo-se do uso de conceitos. Alguns autores escrevem que ambos são conhecimentos construídos, mas a teoria é uma generalização mais abrangente que o conceito. Este é “uma categoria que estabelece um caso geral a partir de um conjunto de casos particulares apresentados por suas características essenciais”, já aquela é “a explicação geral de um conjunto de fenômenos que pode ser aplicada a todos os fenômenos semelhantes” (DIONNE; LAVILLE, 1999, pp. 91-93). Em complemento, Lakatos e Marconi (2003, p. 225) definem os conceitos como “termos simbólicos que sintetizam as coisas e os fenômenos perceptíveis na natureza”. Entretanto, a proposta nesta monografia encontra respaldo na obra de Amado Cervo (2008b).

Cervo (2008b) defende elevar o papel dos conceitos em detrimento das teorias, por acreditar que estas, geralmente construídas no exterior, são parciais e carregadas de valores e interesses que podem não ser úteis quando aplicadas em outras realidades das quais foram elaboradas. Assim, a universalidade que exprimem no seu valor explicativo seria forjada. Dessa forma, entende-se que o uso de conceitos seria melhor por não pretenderem explicar tudo e serem aplicáveis cada qual ao cenário que fundamentou sua construção. Essa proposta também vai ao encontro do método de abordagem indutivo, uma vez que se almeja sair do concreto para o abstrato, fugindo do enquadramento e do encaixe das teorias. Contudo, o autor reforça que os conceitos também são uma construção social e não surgem da mente do intelectual de maneira acabada (CERVO, 2008b, p. 14).

Com isso, a presente pesquisa, além da introdução e da conclusão, está dividida em três capítulos de desenvolvimento nos quais serão descritos os aspectos da política internacional do Brasil durante o governo Bolsonaro (primeiro capítulo) e mais especificamente as diplomacias exercidas sob as gestões dos chanceleres no âmbito bilateral (segundo capítulo) e multilateral (terceiro capítulo). As duas últimas seções possuem subdivisões, nas quais serão apresentadas as visões de cada chanceler sob o nível abordado e, em seguida, apresentados os dados

levantados para aquela categoria analítica. Ao final, é apresentado um apêndice com a tabulação completa dos votos às resoluções da AGNU.

Certamente a proposta desta pesquisa não está imune de limitações, uma vez que é difícil compreender e explicar a mudança de política externa observando somente os seus resultados. Entretanto, a ideia reside em observar um recorte das modificações ocorridas no período, não se propondo a ser uma explicação profunda de seus motivos. Da mesma forma, o trabalho assume o risco de aplicar-se sobre ministros de Estado que, embora tenham o papel de principais tomadores de decisão e influenciadores na política externa, estão sob o impacto da institucionalidade brasileira que pressupõe um papel relevante ao Presidente da República na formulação de política internacional.

Posto isso, a pesquisa se justifica na proposta de aprofundar análises a respeito da política exterior brasileira contemporânea e abre a possibilidade de servir de subsídio a outros trabalhos que se propõem a estudar as referidas personalidades. Da mesma forma, o trabalho se destaca pela ideia de comparar a possível mudança em política externa entre chanceleres, algo não tão comum, uma vez que geralmente o enfoque recai sobre o/a chefe do Poder Executivo. Para além disso, pela proximidade da pesquisa com o seu objeto, ainda não ganham destaque trabalhos acadêmicos que se dedicam a apurar algum grau de comparação entre as gestões ministeriais.

## 2. POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO BOLSONARO

A corrida presidencial de 2018 contou com ares de ineditismo não só pelo grau de polaridade política, já observado, em parte, em eleições anteriores, mas pelos métodos e enfoques empregados na campanha política. A conjuntura era de construção de uma “tempestade perfeita”, como descrevem Hunter e Power (2019, p. 70), ao se referirem à crise multidimensional que afetava o país: longa recessão econômica; desconfiança sobre os partidos políticos tradicionais; exposição de graves casos de corrupção devido à Operação Lava-Jato e a deterioração do sistema de segurança pública. Esse contexto favoreceu a ascensão de discursos autoritários à solução de problemas, dispersados em massa pela influência religiosa na campanha e pelo uso das redes sociais, que alavancaram o representante “populista de extrema-direita” (HUNTER; POWER, 2019, p. 68). Neste cenário, Jair Messias Bolsonaro confluía sentimentos no eleitorado brasileiro por meio do conservadorismo moral e do antipetismo, posicionando-se como um elemento autointitulado *outsider* (CORBELLINI; MOURA, 2019).

Entretanto, para além das crises internas também houve destaque às temáticas de política externa, que em geral eram deixadas em segundo plano nas disputas anteriores. Durante as prévias eleitorais, as relações internacionais do Brasil ganharam os holofotes, não necessariamente por representarem prioridade programática ao desenvolvimento do país, mas para o ganho de benefícios eleitoreiros conjunturais (SEABRA, 2021). Assim, tendenciosamente eram invocadas a situação social na Venezuela, as relações econômicas com a China, o papel de organismos multilaterais e as questões entre Palestina e Israel (CASARÕES, 2019). Bolsonaro foi capaz de usar as temáticas de relações internacionais eleitoralmente para se diferenciar dos demais concorrentes, tendo como base a campanha realizada por Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, e repetindo a tática do medo, ao incutir na população a ideia de que o Brasil viveria uma crise. Assim, foram criados inimigos externos, como o risco do comunismo e da destruição das nações ocidentais, a qual ocorreria por meio do globalismo e, por sua vez, dos foros multilaterais (CASARÕES, 2019; MELO, 2022; NOBRE, 2019; TOMEI, 2021).

Porém, outras visões divergiam da ideia de que o candidato não demonstrara um programa de política externa. Vidigal (2019, p. 4) aponta que, durante a campanha, cinco tópicos nortearam a visão de Bolsonaro nesta seara:

- a) aproximação com os Estados Unidos, Israel e Taiwan; b) abertura comercial, com redução de tarifas, e busca de acordos bilaterais; c) aprofundamento da integração na América Latina ‘com países que não sejam ditadura’; d) mudança da

Embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém; e e) pressão para troca de regime na Venezuela, com imposição de sanções sobre o governo.

Ao ter sua eleição confirmada, Bolsonaro deixou claro em seu discurso da vitória que iniciaria um processo de ruptura em diferentes aspectos da política que vinha sendo exercida, dentre os quais, a política internacional (CASARÕES, 2019; G1, 2018). Dessa forma, em sua estratégia de fidelização de um eleitorado mais radical e para a mobilização das redes, o Itamaraty estaria posto como uma das prioridades de implementação de sua ideologia (ALBUQUERQUE; LIMA, 2019; NOBRE, 2019).

Para atingir tal objetivo, o novo presidente buscava alocar à frente do Ministério das Relações Exteriores, um nome que recebesse a confiança da ala ideológica de seu governo, não sendo um representante do *establishment* político partidário. Dessa forma, cercou-se dos conselhos de três figuras que iriam se fazer relevantes nas percepções da inserção internacional brasileira ao longo de sua gestão: Olavo de Carvalho, ideólogo da extrema-direita brasileira; o deputado Eduardo Bolsonaro, seu terceiro filho e que se tornou presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara; e Filipe Martins, secretário de Assuntos Internacionais de seu partido durante a campanha e elevado ao cargo de assessor internacional do presidente (DIEGUEZ, 2019).

A essas três personalidades chamou atenção a publicação de um artigo de Ernesto Araújo, em 2017, na revista acadêmica “Cadernos de Política Exterior”, do Itamaraty, e intitulado “Trump e o Ocidente”. Este artigo enaltecia o presidente dos Estados Unidos eleito em 2016, Donald Trump, como salvador do ocidente contra as ondas migratórias e o globalismo, em favor da exaltação à nação (ARAÚJO, 2017). Com a aproximação de Ernesto a essas figuras, também se somaram postagens de apoio à eleição de Bolsonaro em seu *blog* pessoal durante o ano de 2018. Dessa forma, despontou o nome de Ernesto Henrique Fraga Araújo para ocupar a chancelaria do Brasil, em 14 de novembro de 2018 (CASARÕES, 2019; DIEGUEZ, 2019; SEABRA; 2021).

Ernesto Araújo, à época com 51 anos, graduou-se em Letras pela Universidade de Brasília, era diplomata e embaixador recém-empossado, ocupando o cargo de diretor do Departamento de Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos do Itamaraty. Integrante do Ministério das Relações Exteriores, sua nomeação poderia demonstrar um certo respeito à institucionalidade, já que era integrante da carreira diplomática, diferentemente de seu antecessor, o político Aloysio Nunes. Entretanto, alguns pontos causaram incômodo por parte do corpo burocrático do órgão. Inicialmente, por sua nomeação ter sido uma indicação direta de influenciadores externos ao Itamaraty, reverberou a ideia de diminuição da relevância do

MRE, já que foram priorizadas suas ideias ao seu currículo. Ao mesmo passo, foi visto como desagradável a falta de experiência em postos de comando, já que era bem mais jovem que os antigos ocupantes do cargo e não havia chefiado uma embaixada brasileira no exterior, algo visto como relevante para o exercício de um papel de liderança como o de ministro de Estado (CARDOSO, 2021; PAGLIARINI, 2019; SEABRA, 2021).

Outrossim, controvérsias se deram por conta de suas opiniões dissonantes dentro do Itamaraty, as quais poderiam arriscar posições tradicionais da política exterior brasileira. Exemplo disso seriam um alinhamento irrestrito aos Estados Unidos e mudanças no comportamento brasileiro em relação ao conflito palestino-israelense (CASARÕES, 2019; DIEGUEZ, 2019; SEABRA, 2021). Uma vez que o Ministério das Relações Exteriores é uma instituição reconhecida pelo insulamento adquirido ao longo dos anos, criou um acervo diplomático capaz de dar continuidade aos pilares básicos da política do Brasil no mundo independente de governo, o que poderia levar a imaginar que haveria uma contenção em relação à guinada nessa área, o que na prática não ocorreu (CERVO, 2008, p. 26).

Ao tomar posse, em 02 de janeiro de 2019, Araújo já delineou as orientações de sua política externa, repercutindo as ideias por ele publicadas. Em seu primeiro discurso, com grande concentração ideológica, citou Olavo de Carvalho, exaltou o nacionalismo e a glorificação à religião. Além disso, expressou a admiração a países como Estados Unidos, Israel, Itália, Hungria e Polônia, nos quais os chefes de Estado alinhavam-se com as visões de Bolsonaro, minimizou a xenofobia e criticou, mais uma vez, a ordem global. Por fim, prometeu mudar o direcionamento do Itamaraty que, segundo ele, deveria ser liberto, mudando sua postura em foros multilaterais como a ONU (BRASIL, 2019).

Apresentam-se, então, conceitos-chave para a compreensão da política externa formulada por Ernesto Araújo, aos quais se faz necessária uma discussão. Conforme define Norberto Bobbio, ideologia possui uma diversa gama de significados que lhe são atribuídos, mas pode ser delimitada a dois tipos: o significado fraco e o significado forte (BOBBIO, et al, 1998, p. 584). Em relação ao primeiro poderia ser descrito como um conjunto de ideias e valores que orientam os comportamentos políticos coletivos, possuindo assim uma conotação de neutralidade. No seu sentido forte derivaria do conceito empregado por Karl Marx, com conotação negativa, uma vez que designaria a falsa consciência das relações de dominação entre as classes sociais. Neste trabalho, predomina a primeira acepção, pois ainda na definição de Bobbio, diz respeito ao sistema de ideias que emerge da classe política e que é composto por elementos mais passionais do que racionais, ou seja, que se opõe àquilo que é pragmático.

Ao encontro disso, Estevão de Rezende Martins aponta que a ideologia possui um caráter psicossocial e emocional eficaz para motivar pessoas, grupos e sociedades através de um conjunto de ideias que faça sentido lógico e que pode estar presente nos mais variados contextos (MARTINS, 2002, p. 85). Especialmente no que tange ao contexto da política externa, Gardini e Lambert (2011, p. 17, tradução nossa) definem uma política externa ideológica como “focada em princípios e soluções baseadas em doutrinas em detrimento das consequências práticas de ações”. Em suma, “mais associada a personalismos e administrações específicas”, diferentemente de um viés pragmático “associado a um planejamento de médio-longo prazo, como uma ‘política de Estado’” (SARAIVA, SILVA, 2019, p. 118).

Além do termo ideologia, cabe explicar a visão de globalismo considerada pelo ex-ministro. Com base na definição do próprio Ernesto Araújo, o globalismo se caracteriza por “padrões liberais antinacionais e antitradicionais na vida social e do mercado globalizado sem fronteiras na vida econômica” (ARAÚJO, 2017, p. 353). Como aponta Freitas (2021), esta perspectiva é alimentada pelas ideias de Olavo de Carvalho que, em publicações de 2004 já prenunciava o que caracterizaria esse conceito. Para Ernesto Araújo, foi o ideólogo que constatou que o globalismo era produto da globalização econômica (ARAÚJO, 2021).

Na visão de Carvalho, o globalismo é executado na afronta à soberania das nações, principalmente através de organizações multilaterais como a ONU, que almeja consolidar-se como uma administração planetária que produz legislações uniformes. Para ele, as únicas resistências a isso seriam Estados Unidos e Israel (CARVALHO, 2004). Nesta mesma linha, Casarões (2019, p. 249) se detém a explicar que “o globalismo, como projeto político, visaria à construção de um governo global, por parte das elites econômico-financeiras ocidentais, construindo seu controle total pela imposição de uma cultura única e transnacional”.

Com essas explicações, é relevante ressaltar que a presente definição de globalismo se confronta diametralmente com outros conceitos semelhantes que já estavam presentes nos estudos de relações internacionais, como o de paradigma globalista. Na explicação de Maria Regina Soares de Lima, o paradigma globalista teria como bases a crítica nacionalista à matriz americanista da política externa, a visão Cepalina das relações centro-periferia e a tradição do pensamento realista nas relações internacionais (LIMA, 1994, p. 76).

Nesse ínterim, o ministro buscou cumprir suas proposições com ações imediatas à frente do Itamaraty, a saber as modificações na estrutura administrativa do Itamaraty, tomadas já no início da gestão e que implicaram em mudanças na corporação diplomática, abrindo espaço para não diplomatas. Também realizou modificações nas funções seletivas, favorecendo aqueles que coadunavam com seus ideais, da mesma forma que reformulou o currículo do

Instituto Rio Branco (ALBUQUERQUE; SARAIVA, 2022; ALBUQUERQUE; LIMA, 2019; BILENKY, 2019).

Para além das reformas administrativas, as ações diplomáticas da gestão de Araújo coincidiram com o pico de eleições de governos de direita na América do Sul. Além de Jair Bolsonaro, eleito em outubro de 2018, Maurício Macri (2015) na Argentina, Sebastian Piñera (2017) no Chile, Ivan Duque (2017) na Colômbia, Lenin Moreno (2017) no Equador e Mario Abdo Benítez (2018) no Paraguai constituem um novo contexto político no continente. Como aponta Zucatto (2019, p. 6),

Enquanto a primeira década do novo milênio foi marcada pela “onda rosa”, com a ascensão de governos de esquerda e progressistas no continente, o final da segunda década tem dado espaço a uma série de governos de direita e com tendências mais conservadoras, movimento este que tem sido denominado de “maré azul”, em contraposição ao anterior.

Essa conjuntura permite explicar a definição de direita empregada nesta pesquisa. Como explica Zucatto (2019), não se trata de um bloco uniforme com pensamentos idênticos, mas sim, presidentes que compartilham agendas em comum com diferentes graus de intensidade. Neste caso, parte-se da definição dos princípios bobbianos de direita, sumarizados por Messenberg (2017, pp. 622-623), que os aplicou em seu estudo sobre a realidade brasileira. Para a autora esse segmento político caracteriza-se pela confluência dos seguintes valores:

o individualismo, a supremacia da propriedade privada e da livre iniciativa, a intuição, a primazia do sagrado, a valorização da ordem e da tradição, o elogio da nobreza e do heroísmo, a intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual, o militarismo e a defesa da segurança nacional, o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental e dos interesses imediatos dos trabalhadores, o anticomunismo e a identificação permanente com as classes superiores da sociedade.

A convergência ideológica desses governos permitiu a atuação mais intensa em propostas comuns. A Venezuela, por exemplo, corroborou-se como um dos focos da gestão Araújo, já que com menos de um mês no cargo, junto aos EUA e outros países sul-americanos, o Brasil reconheceu o líder da oposição venezuelana, Juan Guaidó, como presidente interino da Venezuela e acabou por afastar o país do Mercosul. Da mesma forma, a questão da Venezuela se expandiu para o âmbito multilateral, com a emergência do Grupo de Lima em frentes que pressionaram pela queda de Nicolás Maduro. Essas posturas mais ríspidas incitando interferência na política interna do país vizinho mantiveram os atritos entre o ministro e os núcleos epistemológicos tradicionais do Ministério das Relações Exteriores (DIEGUEZ, 2019).

Ademais, as visões semelhantes de governo geraram um contraste nas proposições de integração regional que vinham sendo desenvolvidas na década anterior, de modo que o foco

se transformou em predominantemente comercial em detrimento do político-estratégico. Resultado disso foi a denúncia do Brasil ao tratado da UNASUL (União das Nações Sul-americanas) e a constituição do PROSUL (Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul), liderado pelo Chile, como forma de substituí-lo. Do mesmo modo, a veia comercial foi ressaltada no Mercosul, valorizando-o mais do que como área de livre comércio e unindo esforços na consecução, por exemplo, do acordo com a União Europeia (SARAIVA; SILVA, 2019; VIDIGAL, 2019). Não obstante essas medidas, Hirst e Maciel (2022, p. 10) afirmam que “o governo Bolsonaro não dispunha de um projeto propriamente dito para a América Latina (ou América do Sul, em específico)”.

Para o âmbito global, a nova elite política brasileira “neoconservadora” (TOMEI, 2021, p. 107), que derrubou os governos petistas e se caracterizava por essa aliança entre o moralismo conservador e o neoliberalismo econômico, também se mobilizou na aproximação ao governo Trump no comportamento em foros multilaterais. Exemplo dessa postura foram as críticas à ONU e demais instituições que culminaram na retirada do Brasil do Pacto Global de Migração (CARDOSO, 2021). Afirmações como a de Filipe Martins, assessor presidencial para assuntos internacionais, de que os foros multilaterais seriam supostamente contrários ao interesse nacional, contradizem princípios básicos da política internacional brasileira, como o respeito ao direito internacional e a prioridade ao multilateralismo (SARAIVA; SILVA, 2019).

Vidigal (2019, pp. 8 e 10) corrobora a visão de que Araújo valorizou o bilateralismo em detrimento das negociações com múltiplos Estados, na mesma linha do que vinha sendo executado pelo governo Temer. Essa postura de negociação, porém, não serviu de suporte na busca pelo desenvolvimento nacional como havia ocorrido no ciclo de política externa desenvolvimentista (BUENO; CERVO, 2002, pp. 477-478). Pelo contrário, o ministro não priorizou os interesses nacionais, especialmente nas aproximações com os EUA que se caracterizaram como um alinhamento sem reciprocidade, abandonando a tradição autonomista do Brasil, bem como o universalismo e a diversificação dos laços comerciais e econômicos do país. Exemplos práticos são os retornos não materiais que o Brasil recebeu daquele país, como a promessa de entrar na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento) e o assento como aliado extra OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Cardoso (2021, p. 32) ratifica, acrescentando ainda a resolução pacífica de conflitos e a soberania de outros países ao acervo diplomático de bases do Itamaraty que foram quebradas por Araújo. Este preceito perseguido pelo Itamaraty diz respeito à não-intervenção em assuntos internos de outros Estados soberanos, algo que foi contrastado não somente com o trato em relação à República Bolivariana da Venezuela, mas também com as opiniões emitidas por

Ernesto Araújo sobre as eleições ocorridas em 2019, na Argentina, quando chegou a afirmar que as forças do mal estariam celebrando a vitória do peronista Alberto Fernández (CARDOSO, 2021; SARAIVA; SILVA, 2019).

Por fim, ressalta-se a postura com a China, que sofreu abalos por manifestações polêmicas por parte de Ernesto Araújo (O GLOBO, 2020) e de outros atores, como Eduardo Bolsonaro (FRAZÃO, 2020). A pressão dos setores econômicos brasileiros pela manutenção de maior pragmatismo por conta da relevância comercial do país asiático forçou um comportamento mais ameno em discursos oficiais (CARDOSO, 2021; FREITAS, 2021). Todavia, durante a pandemia de COVID-19, “as ações da PEB, especialmente na gestão de Ernesto Araújo, foram marcadas por escassas iniciativas de coordenação e cooperação multilateral” e recaíram sobre o ministro a insuficiência da política externa brasileira em angariar benefícios ao país, especialmente na aquisição de vacinas (HIRST; MACIEL, 2022, pp. 9-10). Com isso, a crise internacional embasou um movimento contrário a Araújo mobilizado pela opinião pública, mas principalmente por atores políticos relevantes, como os congressistas brasileiros que pressionaram por sua saída. Assim, o choque externo e as mobilizações de diferentes setores da política interna, resultaram no fim de sua gestão em 29 de março de 2021, após 27 meses no cargo.

Com o término do mandato, a academia foca em definir a linha de política externa gerida por Araújo, algo que já vinha ocorrendo desde sua nomeação. Inicialmente, Casarões (2019) creditou a política internacional bolsonarista aos preceitos defendidos pela correlação de força entre os cinco “Bs” – Bíblia (influência religiosa da bancada evangélica), Bala (grupo composto pelos militares e pela bancada da segurança pública), Boi (setores ligados ao agronegócio), Bancos (grupo de economistas liberais) e Bolsonaro (ligados ideologicamente com tendência antiglobalista) focando nos diversos segmentos que influenciam na área.

Ainda em 2019, o enfoque dado na aproximação com os Estados Unidos provocou em alguns autores a ideia de uma postura classificada como “americanismo ideológico”, que concederia benefícios sem contrapartidas em contraposição ao americanismo pragmático (ANDRADE; MEDEIROS; VILAS-BOAS, 2019). Essa, inclusive, foi tida por Vidigal (2019) como a principal linha da política exterior exercida com Ernesto Araújo, mais intensa do que as relações especiais praticadas pelo Barão do Rio Branco e aproximando-se talvez, das políticas de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) e de Castelo Branco (1964 – 1967), dois pontos de inflexão da história da política exterior brasileira (MELO, 2022).

Por outro lado, Albuquerque e Lima (2019) ressaltam que toda política externa é uma política pública e, por sua vez, ideológica já que segue os programas de governo. Assim,

destacaram que a novidade de Ernesto Araújo e Bolsonaro não seria a ideologia e nem o alinhamento com os EUA, mas os métodos utilizados, fazendo da política externa a manutenção do núcleo duro do apoio social bolsonarista. Abordando ainda o aspecto ideológico, para analisar a política externa do período, Saraiva e Silva (2019) optaram por verificar o impacto da ação de diversos atores correspondentes às alas pragmática e ideológica na tomada de decisões de política externa e notaram que, no primeiro ano de governo, as palavras provocaram perdas à política externa, mas as ações se limitaram pelo pragmatismo.

Em contrapartida, para Scherer (2022) a gestão de Ernesto Araújo configurou uma ruptura com a história diplomática brasileira e o autor a conceitualizou com o termo “autonomia pelo distanciamento” em contraste à “autonomia pela participação”, exercida com Fernando Henrique Cardoso e à “autonomia pela diversificação”, com Lula (SCHERER, 2022, sem página). Nessa mesma linha, Abreu, Jung e Keil (2022, p. 1) também consideram que a gestão do MRE da primeira metade do governo Bolsonaro rompeu com o autonomismo brasileiro por meio de posições associativistas baseadas na retórica cristã e denominam essa postura exercida pelo chanceler como uma “diplomacia eclesiástica”. Por fim, Albuquerque e Saraiva (2022, p. 157) concordam que Ernesto Araújo representou “uma tentativa de mudança no padrão de inserção internacional do Brasil como um todo, buscando um redirecionamento da política externa e um rompimento com a tradição diplomática”.

Com diferentes análises sobre a gestão do primeiro chanceler de Bolsonaro, resta a sua própria visão sobre a política externa exercida. Freitas (2021, pp. 43-53) sumariza as falas de Araújo (2020; 2021) publicadas pela FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão) e explica os seus quatro grandes eixos delineadores. Primeiramente o eixo da democracia, composto, segundo o ex-ministro, pela prevalência dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos, é tido como essencial para a integração na América Latina. Através desse eixo orienta-se a participação brasileira nos foros internacionais, com destaque para a OEA, o Grupo de Lima, o PROSUL, o TIAR e o Mercosul, notando-se o caráter de uso ideológico para criticar a Venezuela.

Em segundo lugar, destaca-se o eixo da soberania, vista como garantidora de independência na elaboração de sua própria agenda. Ingressam nessa seara a defesa da Amazônia e o enfrentamento ao globalismo, uma vez que os organismos multilaterais afastariam o Brasil de seus princípios. O terceiro eixo é denominado de transformação econômica e desenvolvimento, focando nos acordos de livre comércio, especialmente relativos ao agronegócio.

Conforme Freitas (2021, p. 48), no que tange a área comercial houve atuação tanto nas relações multilaterais quanto bilaterais, sendo perceptível a base do universalismo. Nesse sentido, destacava-se no discurso de Araújo o enfoque na OMC e no Mercosul, além de acordos firmados individualmente com outros países. Por fim, o quarto eixo diz respeito aos valores, ou seja, à sua visão do que seria a identidade nacional brasileira, com base nas liberdades econômica e de expressão, na família, na democracia, na fé, entre outros. Esse eixo delineia as aproximações do Brasil com Israel, Hungria, Polônia e Estados Unidos, fortemente condicionadas pelas suas lideranças pessoais.

No dia da exoneração de Ernesto, o Diário Oficial (BRASIL, 2021a) também anunciou o nome de Carlos Alberto Franco França para a chancelaria que, assim como seu antecessor, era um diplomata de carreira. Empossado no dia 06 de abril de 2021, França, embora graduado em Direito pela UnB, possuía várias semelhanças com Araújo, uma vez que também fora promovido a ministro de primeira-classe em 2019, era relativamente jovem (56 anos), foi indicado a chanceler sem ter chefiado previamente nenhum posto no serviço exterior e com uma carreira sem destaque, dedicada quase toda à área de cerimonial (FRAZÃO, 2021). No entanto, seu perfil mais discreto indicava modificações na postura da representação máxima do Itamaraty, já que as manifestações polêmicas e exacerbadamente ideológicas de seu antecessor, em detrimento de tomadas de decisão mais pragmáticas, foram um dos fatores de insustentabilidade de Araújo no cargo (CARVALHO, 2021).

Assim, França se mostrou uma escolha que acenava principalmente à contenção das críticas para não chamar a atenção da mídia, o que, em um primeiro momento, pareceu ter sido uma escolha acertada ao que se propunha. Em seu discurso de posse, viu-se uma postura bastante diferente da de Araújo, focando no combate à pandemia e na busca por vacinas com uma denominada diplomacia da saúde. Também destoou do antigo chanceler ao destacar a relevância do Brasil no papel ambiental e no desenvolvimento sustentável além de sublinhar a importância do país nos foros multilaterais pregando um esforço de cooperação internacional sem exclusões e uma atuação diplomática sem preferências. Da mesma forma, acenou à região de entorno, falando em buscar novas oportunidades para o Mercosul (BRASIL, 2021b; HAILER, 2021).

Após a expressão de suas pretensões à frente da política exterior brasileira e da própria diferença de posturas, alguns destaques na mídia demonstraram uma possível mudança de rumo do Brasil na esfera internacional como o afastamento dos antigos influenciadores da ala ideológica (RITTNER; SCHUCH, 2021), a mudança de posição em votação na Assembleia Geral da ONU sobre o embargo a Cuba (PODER 360, 2021) e a revisão da reforma

administrativa do Itamaraty (OLIVEIRA, 2022). Da mesma forma, colunas jornalísticas apuraram alterações no trato diário da política, como a relação com o Congresso, o recebimento de autoridades estrangeiras e a relação com países vizinhos (ESTADÃO, 2021). Contudo, mesmo com a visão de um retorno ao pragmatismo, alguns acadêmicos não viam a possibilidade de alterações bruscas, tendo em vista o papel limitado do ministro em face do papel do presidente na regência da política externa (VASCONCELOS, 2021).

Pecequillo (2022), ao analisar a política externa de Bolsonaro de forma geral, destaca duas fases na política externa brasileira e estadunidense, sendo uma nos anos de 2019/2020 e outra a partir de janeiro de 2021, dividindo-as em dimensões político-social-cultural, estratégico-diplomática e a econômica. A primeira baseia-se nos pilares do antiglobalismo, do anticomunismo, religioso e pró-EUA e Ocidente, fortemente representados pela gestão de Ernesto Araújo. A segunda representa uma postura antimultilateralista e antirregimes internacionais, na qual o Brasil mudou posições históricas de sua política externa por conversão aos EUA. Por fim, a dimensão econômica abrange tanto a vertente de fortalecimento de práticas e reformas neoliberais quanto a de afastamento da economia das demais dimensões, uma vez que parceiros comerciais se demonstraram insatisfeitos com a política brasileira. Ao final, embora o foco da autora seja na mudança da agenda tradicional da PEB e não na comparação entre os chanceleres em si, também observa que não há indícios de grandes ajustes, mesmo com a troca de ministros.

Por sua vez, Hirst e Maciel (2022, p. 4) também realizaram uma análise sobre a política externa do governo Bolsonaro e identificaram três pilares de sustentação: o núcleo político ideológico, a política econômica liberal-conservadora e o complexo de segurança e defesa, os quais se articulam na projeção aos âmbitos doméstico, internacional e regional. Com essa perspectiva multidimensional detectam um perfil antirregionalista e a inexistência de “pretensões em ocupar espaços em instituições multilaterais de nível regional e/ou global” (HIRST; MACIEL, 2022, p. 19). Avaliando brevemente as posturas de França em relação ao antecessor, viram uma suavização em certos elementos e o alinhamento do discurso com o governo de Joe Biden.

Ao fim, Albuquerque e Saraiva (2022) ressaltaram que o antiglobalismo, o combate ao marxismo cultural e ao climatismo, a postura anticomunista, o conservadorismo e o nacionalismo religioso estavam no cerne da política bolsonarista. Para estes autores, “a política externa do governo de Bolsonaro defende uma concepção de autonomia e de liberdade que se estabelece *apesar* da ordem internacional vigente [...]” com uma “[...] mudança no padrão de inserção internacional do Brasil como um todo, buscando um redirecionamento da política

externa e um rompimento com a tradição diplomática (ALBUQUERQUE; SARAIVA, 2022, p.157, grifo dos autores).

Os dois próximos capítulos darão conta de analisar a manifestação bilateral e multilateral dessa política externa, destacando as principais mudanças e continuidades externalizadas pela transição Araújo – França na chancelaria brasileira. Com isso, nota-se que a retomada histórica do que foram as bases da política externa bolsonarista se faz necessária para a sequência do trabalho.

### 3. POLÍTICA EXTERNA BILATERAL

O sistema de comunidades políticas sob o qual vivemos hoje deriva da construção de Estados modernos soberanos, independentes entre si e com capacidade de exercerem suas próprias formas políticas<sup>1</sup>. A soberania que deriva da independência entre os Estados não é garantidora do isolamento destes, pelo contrário, é produto do reconhecimento mútuo destas entidades políticas e tanto condicionado quanto condicionante das incontornáveis relações políticas, sociais e econômicas entre eles (JACKSON; SØRENSEN, 2018). Assim, ao menos em tese, seus governantes devem buscar as melhores condições de interação com as múltiplas demandas dos demais estadistas a fim de garantirem os melhores resultados à sua própria população.

Nesse sentido, uma das modalidades de relacionamento mais basilares do sistema internacional ocorre entre dois diferentes Estados que, independentemente da ordem (política ou comercial, por exemplo), vislumbram a necessidade de expor suas demandas além-fronteiras para alcançarem objetivos mútuos. Dessa forma, constituem uma relação que afeta somente a duas partes e, portanto, o bilateralismo. Conforme descreve Sousa (2005, p. 27), nas relações internacionais esse vínculo estabelecido entre dois atores pode ser também entre organizações internacionais, mas ocorre prioritariamente entre Estados para tratar de temas como defesa ou comércio. Ao diferenciar a diplomacia da política externa, Amado Cervo (2008a, p. 8-9) discorre que a política exterior expressa seus valores por meio da diplomacia tanto nos processos de integração de blocos de países como na “ação diplomática bilateral [...], na medida que pelo menos dois governos consentem em negociar uma agenda comum”. Assim, dado que as Relações Internacionais estudam todas as forças sociais que emanam da sociedade, do governo e da diplomacia, já se constrói a expressão de política externa de um país e um objeto de estudo, assim que dialoga com outro (CERVO, 2008a).

Este capítulo está dividido em três subcapítulos, a fim de contemplar uma descrição das expectativas de cada ministro de Estado nas relações políticas bilaterais, compará-las com as percepções dos encontros realizados e apontar uma conclusão do que foi apreciado. Na primeira seção serão abordadas as pretensões políticas que o chanceler Ernesto Araújo prometeu realizar em sua gestão no que diz respeito às relações bilaterais, juntamente com os resultados

---

<sup>1</sup> Como define Bobbio (1998, p. 425), Estado Moderno é o ordenamento político que teve sua construção baseada no embate entre as organizações feudais policêntricas e o Estado unitário e se caracteriza principalmente pela centralização do poder que impõe a obrigatoriedade política sobre seu território.

pesquisados sobre sua agenda oficial destacando-se as reuniões protagonizadas por ele junto a homólogos estrangeiros e chefes de Estado. O segundo subcapítulo seguirá os mesmos moldes para o mandato de Carlos França. Por fim, no último subcapítulo, os dados levantados acerca da agenda bilateral de ambos os chanceleres são confrontados em uma análise comparativa.

Como mencionado, o contato bilateral pode materializar-se em diferentes planos, como o comercial e o político, por exemplo. Na presente pesquisa, o enfoque será neste último, que geralmente é mensurado por meio de acordos assinados entre as partes ou pelos canais institucionais de comunicação, como os encontros a nível presidencial e ministerial, utilizado como métrica neste trabalho. A utilização de encontros entre homólogos e chefes de Estado foi definida como critério por sua capacidade de representar as escolhas dos formuladores da política externa brasileira nas aproximações e distanciamentos em relação aos demais Estados e pela pretensão quantitativa de observar estritamente a escolha dos países mais focalizados pelas chancelarias analisadas.

Cabe reiterar que uma das primeiras ações do Itamaraty no governo Bolsonaro, foi o não reconhecimento do governo de Nicolás Maduro, da Venezuela, mas sim o presidente autodeclarado Juan Guaidó (VALENTE, 2019). Dessa forma, os encontros de Ernesto Araújo com Guaidó e Maria Teresa Belandria Exposito foram considerados contatos bilaterais com a Venezuela por serem as representações da política internacional venezuelana reconhecidas pelo Brasil, mas que não necessariamente dialoga com o poder exercido de fato dentro do país vizinho.

A métrica empregada na pesquisa é, no entanto, limitada porque os dados disponibilizados publicamente não dão conta de fornecer informações suficientes para uma análise qualitativa profunda. Não é sabido, por exemplo, a íntegra do que foi discutido em cada uma das ocasiões, qual foi o tom das conversas ou a totalidade das demandas apresentadas pelas partes. Tendo em vista isso, propõe-se analisar quantitativamente a atuação diplomática bilateral de Araújo e França, o que não significa que não possam ser abstraídas conclusões qualitativas da comparação dos dados levantados, uma vez que ambos foram diretamente responsáveis pela escolha dos encontros elencados, que podem ilustrar a importância dada por cada um deles à um parceiro ou conjunto de parceiros internacionais.

### 3.1 DIPLOMACIA BILATERAL DE ERNESTO ARAÚJO

Ao ser anunciado como ministro, em novembro de 2018, Ernesto Araújo não era um personagem conhecido da opinião pública. Dessa forma, as fontes de conhecimento do grande

público sobre suas ideias até o momento de seu discurso de posse encontravam-se concentradas em suas publicações acadêmicas e manifestações no meio virtual. Destarte, no que tange às relações bilaterais, percebeu-se que Ernesto Araújo exaltava países com governos que coadunavam com seus ideais, confundindo os Estados com suas respectivas administrações, aos mesmos moldes que fez repetidamente o então candidato Jair Bolsonaro.

Durante a campanha presidencial, Bolsonaro teceu críticas ao tratamento dado pelos governos petistas à Venezuela e aos Estados Unidos, propondo mudanças na relação com esses países. Da mesma forma, com a influência das Igrejas Neopentecostais, trouxe à tona manifestações pró-Israel e, em afronte à República Popular da China, visitou a contestada ilha de Taiwan, num aceno à parte de seu eleitorado que via no Partido Comunista Chinês a antítese dos valores encarnados como as bases de sua campanha (SARAIVA; SILVA, 2019). Essas manifestações foram respaldadas por Araújo, que também defendia um forte estreitamento com a administração Trump desde sua eleição, em 2016, quando o exaltava como defensor da sobrevivência dos ideais comuns da civilização Ocidental (Araújo, 2017). Assim, o público não foi pego de surpresa quando, já em seu discurso de posse, mostrou-se adepto da aproximação com Estados Unidos e Israel, além de declarar-se admirador dos novos governos de Itália, Hungria e Polônia, o que mostrou que sua chancelaria imprimiria um cunho ideológico à condução da política externa brasileira, além de moldar a expectativa sobre os principais alvos de sua diplomacia bilateral.

Com base na agenda oficial do ex-ministro Ernesto Araújo, cujo mandato compreendeu o período de janeiro de 2019 a março de 2021, observou-se a frequência dos contatos bilaterais, ou seja, o número de encontros presenciais, videoconferências ou telefonemas que ele realizou com Chefes de Estado e de Governo e/ou Ministros de Estado de Relações Exteriores de outros países. Com base nestes dados, elaborou-se a seguinte tabela:

Tabela 1 – Contatos bilaterais de Ernesto Araújo por país

(continua)

<b>País</b>	<b>Contatos Bilaterais</b>
Estados Unidos	16
Paraguai	14
Uruguai	11
Bolívia	8
Arábia Saudita, Argentina, Espanha, Israel	7

<b>País</b>	<b>Contatos Bilaterais</b>
Colômbia, Hungria, Índia, Portugal	5
Alemanha, Angola, Cabo Verde, Chile, Emirados Árabes Unidos, Guatemala, Polônia	4
África do Sul, Bulgária, Canadá, China, Guiana, Peru, Rússia, Singapura	3
Austrália, Irlanda, Japão, Kuwait, México, Nigéria, Noruega, Reino Unido, Senegal, Turquia, Venezuela*	2
Andorra, Áustria, Bahrein, Benin, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Egito, Equador, Eslovênia, Estônia, Filipinas, França, Guiné Equatorial, Honduras, Itália, Jamaica, Líbano, Marrocos, Moçambique, Países Baixos, Panamá, Qatar, Rep. Dominicana, República Tcheca, Sérvia, Suíça, Togo, Trinidad e Tobago, Ucrânia	1

Fonte: elaboração própria baseada em BRASIL (2023).

Percebe-se que o principal enfoque da diplomacia bilateral de Ernesto Araújo, e que correspondeu às expectativas dadas a sua política externa, foram os Estados Unidos. O chanceler brasileiro realizou, ao todo, dezesseis contatos bilaterais com o mais alto escalão político estadunidense, sendo que a imensa maioria deles (14) se deram com o secretário de Estado do governo de Donald Trump, Mike Pompeo. Trump, por sua vez, só se encontrou bilateralmente em uma ocasião com Araújo e Bolsonaro. Outro contato de fato aconteceu, porém no âmbito multilateral, em decorrência de reunião do Grupo de Lima. Já o governo Joe Biden, representado pela figura do secretário de Estado Antony Blinken, teve apenas um contato direto com Araújo, em fevereiro de 2021, por meio de um telefonema. Dessa forma, é nítida que a presidência simultânea de Trump e Bolsonaro facilitou o contato entre Estados Unidos e Brasil, tendo a eleição de Biden funcionado como uma das condicionantes do posterior afastamento de Araújo do governo, uma vez que o ministro não escondeu sua torcida por Trump durante o pleito eleitoral estadunidense (BENITES, 2021).

Para além dos Estados Unidos, é claro o esforço de Ernesto Araújo no sentido de estreitar laços com Mario Abdo Benítez, presidente do Paraguai, com quem se encontrou por cinco oportunidades, acompanhando Jair Bolsonaro. Seus contatos com os três nomes (Antonio Rivas Palacios, Federico González e Euclides Acevedo Candia) que passaram pela chancelaria paraguaia sob a gestão de Benítez resultaram em outros 9 contatos, somando 14 com o país vizinho. Outro sul-americano que recebeu atenção foi o Uruguai, com 11 contatos bilaterais.

Desses, dois foram realizados em todo o ano de 2019 e o restante, 9, entre 2020 e 2021, quando Luis Lacalle Pou já havia assumido a presidência do país.

No que tange a outros países sul-americanos com destaque, Bolívia (8) e Argentina (7) se encontram entre os dez mais buscados por Araújo, assim como a Colômbia (5). O primeiro recebeu todos seus contatos entre dezembro de 2019 e setembro de 2020, sob a gestão da presidente interina Jeanine Áñez, após a queda de Evo Morales. Já em relação ao segundo, o representante do Brasil contactou seu homólogo e o presidente Maurício Macri por três vezes nos onze meses que compartilharam o governo em seus respectivos países. Após a posse de Alberto Fernández, em dezembro de 2019, Ernesto Araújo realizou duas videoconferências e uma reunião privada com o ministro Felipe Solá e acompanhou Bolsonaro em uma videoconferência com o chefe de Estado argentino. Por fim, Brasil e Colômbia organizaram quatro reuniões interministeriais, além de uma videoconferência entre Bolsonaro e o presidente Iván Duque, acompanhada pelo chanceler.

No que diz respeito aos demais países em destaque, Israel (7) e Arábia Saudita (7) foram igualmente os mais focados no Oriente Médio, com Benjamin Netanyahu e Mohammad bin Salman dialogando com Ernesto Araújo por três vezes cada. Na Ásia, apenas a Índia de Narendra Modi esteve entre os dez mais contatados, com cinco reuniões, mesmo número de Hungria e Portugal que, junto com a Espanha (7), foram os mais focados no Velho Continente. Por fim, Angola foi o país africano que mais recebeu atenção de Araújo, o qual realizou quatro reuniões particulares com seu homólogo angolano e, em uma dessas ocasiões, com o presidente João Lourenço.

Tabela 2 – Médias de Ernesto Araújo

<b>Total de dias de gestão</b>	817
<b>Total de meses de gestão</b>	27
<b>Total de contatos bilaterais</b>	206
<b>Contatos por dia</b>	0,25
<b>Contatos por mês</b>	7,6
<b>Total de países contatados</b>	69

Fonte: elaboração própria baseada em BRASIL (2023).

Finalmente, como é possível observar na Tabela 2, para além dos Estados supracitados, o primeiro chanceler do governo Bolsonaro se reuniu com mais 56 países, totalizando 69 que

receberam o contato bilateral de Ernesto em pelo menos 206 ocasiões. Isso lhe rende uma média de um encontro a cada 4 dias de sua gestão, ou quase 8 por mês.

### 3.2 DIPLOMACIA BILATERAL DE CARLOS FRANÇA

Com a crise política sobre Ernesto Araújo por conta da dificuldade na aquisição de vacinas e pela condução ideológica da política internacional, a insustentabilidade no cargo resultou em pedido de demissão, no dia 29 de março de 2021. Os veículos de imprensa que cogitavam seu sucessor não consideraram Carlos Alberto Franco França entre as possibilidades (CALCAGNO, 2021), tendo seu perfil levantado no mesmo dia do anúncio de sua nomeação (FRAZÃO, 2021). Assim, percebeu-se similitudes com Ernesto, como a relativa jovialidade para o cargo, a carreira de pouca expressão dentro do Itamaraty com recente promoção à primeira-classe e o fato de não ter chefiado embaixadas. Por outro lado, seu perfil mais discreto e com publicações de caráter mais técnicos não expuseram pretensões mais ideológicas, o que se caracterizaria como um dos principais fatores para a escolha de seu nome. Dessa forma, esperava-se que suas falas futuras delineassem as propostas para a política exterior brasileira.

Em seu discurso de posse, porém, não enfatizou a relação com nenhum país em específico, se não, deteve-se a acalmar a urgência do momento de sua troca citando tópicos que foram enfoque de crítica a seu antecessor, tais como saúde, economia e meio ambiente (BRASIL, 2021b). Dessa forma, Carlos França não expôs uma proposta focalizada na bilateralidade como um valor que moldaria a diplomacia de seu governo.

Embora não tenha enaltecido as pretensões da política externa para a diplomacia bilateral, Carlos França se mostrou ativo nesta seara. Com menos tempo no cargo (21 meses a contar de abril de 2021 a dezembro de 2022), o segundo chanceler de Bolsonaro buscou mais contatos com Ministros de Relações Exteriores e Chefes de Estado e de Governo de outros países do que seu antecessor. Conforme o levantamento realizado, França realizou ao todo 220 contatos bilaterais com o mais alto escalão político de 79 Estados.

Tabela 3 – Médias de Carlos França

(continua)

<b>Total de dias de gestão</b>	633
<b>Total de meses de gestão</b>	21
<b>Total de contatos bilaterais</b>	220

<b>Contatos por dia</b>	0,35
<b>Contatos por mês</b>	10,5
<b>Total de países contatados</b>	79

Fonte: elaboração própria baseada em BRASIL (2023).

Dentro dessa diversidade de países contatados, como mostra a Tabela 4, os Estados Unidos se mantiveram no topo de importância da chancelaria brasileira, já que foram realizados dez contatos entre os países. A maior parte deles ocorreu entre o ministro brasileiro e o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken e somente em uma oportunidade houve o encontro entre Biden e Bolsonaro, acompanhado por França. Assim como os estadunidenses, Portugal e Peru também foram o principal foco da diplomacia brasileira, com dez contatos bilaterais. Em relação ao país europeu destaca-se o presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Chefe de Estado português e responsável por quase metade dos encontros. Já no que diz respeito aos peruanos, sua representação nas Relações Exteriores teve diversas mudanças e o grande número de trocas no cargo fez com que França conversasse com cinco diferentes ministros. Além disso, foi à posse e cumprimentou o presidente Pedro Castillo, em julho de 2021, junto com o vice-presidente Hamilton Mourão.

Tabela 4 – Contatos bilaterais de Carlos França por país

(continua)

<b>País</b>	<b>Contatos Bilaterais</b>
Estados Unidos, Peru, Portugal	10
Equador, Uruguai	9
Colômbia, Paraguai	8
Guatemala	7
Argentina, Guiana	6
Arábia Saudita, Espanha, Panamá, Reino Unido, Rússia, Suriname, Turquia	5
Israel, Jamaica	4
África do Sul, Angola, Bolívia, Emirados Árabes Unidos, Guiné Bissau, Granada, Itália, Hungria, Índia, Indonésia, México, Polônia, República Dominicana	3
Bahamas, Bahrein, Chile, Japão, Líbano, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Sérvia	2

<p>Alemanha, Andorra, Antígua e Barbuda, Austrália, Barbados, Belarus, Belize, Botsuana, Cabo Verde, Camboja, Canadá, Catar, China, Costa Rica, Dominica, Egito, El Salvador, Eslovênia, Estônia, Finlândia, França, Gana, Guiné Equatorial, Irã, Irlanda, Jordânia, Malta, Marrocos, Noruega, Quênia, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, Senegal, Singapura, Sri Lanka, Suécia, Trinidad e Tobago, Ucrânia, Venezuela*</p>	1
--	---

Fonte: elaboração própria baseada em BRASIL (2023).

Ademais, sublinha-se os encontros com países sul e centro-americanos, já que entre os dez países mais contatados, oito são da região. Dentre estes, nota-se que Uruguai (9), Equador (9), Paraguai (8) e Guatemala (7) possuíam maior alinhamento ideológico à gestão Bolsonaro, com governos de centro-direita e direita, assim como a Colômbia (8) que na maior parte do tempo em que Carlos França esteve no cargo foi presidida pelo direitista Iván Duque. Foi durante esse período, inclusive, que realizou a imensa maioria dos contatos, sete de oito. Por outro lado, o chanceler, além de telefonar com frequência ao ministro Hugh Hilton Todd, acompanhou Bolsonaro em visita à Guiana, sob comando de um governo declarado de esquerda (BRAUN, 2022), da mesma forma que manteve contato mais próximo com a chancelaria argentina do governo Alberto Fernández.

Para além do entorno, vê-se um número considerável de contatos (5) com o alto escalão político russo, com destaque para a visita oficial do chanceler ao lado do presidente brasileiro àquele país no momento de escalada da tensão com a Ucrânia. O chanceler ucraniano, por sua vez, recebeu um único telefonema de Carlos França dias antes da viagem à Rússia, em fevereiro de 2022. Ator interessado no conflito entre Rússia e Ucrânia, a Turquia também foi alvo de atenção dos formuladores de política internacional do Brasil, realizando diálogo conjunto em cinco oportunidades, sendo que três delas a partir de abril de 2022. A Europa Oriental, por sua vez, teve como destaques Polônia e Hungria que, além de possuírem o mesmo número de contatos que a Itália (3), também compartilham a afinidade ideológica com governos de direita.

No que tange ao Oriente Médio, Arábia Saudita e Israel foram os países mais focados, com cinco e quatro reuniões respectivamente, à frente de Emirados Árabes Unidos, com três. Esses países ficaram à frente de Estados como França, China, Alemanha e Noruega que, apesar de sua importância geopolítica e econômica para a política externa brasileira, foram alvos apenas de um contato cada com o chanceler brasileiro. Um encontro bilateral também foi realizado com o representante venezuelano reconhecido pelo Brasil, Julio Borges, Comissário Presidencial para as Relações Exteriores da Venezuela. Tratando-se de continente africano, não

houve nenhum país no grupo dos dez mais contatados, sendo que Angola, com três encontros, foi o país africano mais visado pela diplomacia de Carlos França.

### 3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Analisando os dados levantados para os dois ministros, é possível generalizar algumas constatações. Em um primeiro momento, vê-se que Ernesto Araújo pretendeu cumprir suas promessas em relação às aproximações com países que disse admirar. Por isso, logo em fevereiro de 2019 organizou o encontro entre os presidentes Bolsonaro e Trump e trabalhou com enfoque na aproximação bilateral aos Estados Unidos ao longo de todo seu mandato ministerial. Entretanto, percebe-se que a condição para as iniciativas bilaterais em sua gestão partia de um governo afável e alinhado ideologicamente, uma vez que com Biden na presidência, somente um telefonema foi realizado por ele ao Secretário de Estado daquele país. Nessa perspectiva, Hirst e Maciel (2022, p. 7) sublinham a característica de aproximação a personalidades visto que “desde seus primeiros meses o governo Bolsonaro conclamou uma política internacional que integrasse o Brasil ao círculo de países governados por líderes e ideais da extrema direita, destacando-se uma relação privilegiada com o ex-presidente Donald Trump e seus ideólogos”.

Ao encontro disso, é possível notar que as aproximações se deram majoritariamente com países de governos alinhados de direita ou centro-direita à época de Araújo. Os contatos se deram não somente com os Estados Unidos de Trump, mas também foram concentradas no Paraguai, de Benítez, no Uruguai, de Lacalle Pou, em Israel, de Netanyahu, na Bolívia, de Jeanine Áñez, na Argentina, de Macri, na Arábia Saudita, da família Salman, na Hungria, de Viktor Orbán, na Colômbia, de Iván Duque e na Índia, de Narendra Modi. São exceções Espanha e Portugal, comandadas respectivamente pelos socialistas Pedro Sánchez e António Costa, cujas justificativas podem recair sobre a necessidade de diálogo para o andamento das negociações entre Mercosul e União Europeia, ao qual os espanhóis tinham desejo de dar andamento (GORTÁZAR, 2021) e pelos incentivos a relações bilaterais com a proximidade na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (CONTACTO, 2019).

Para além da afinidade ideológica, um atrativo que pode justificar o alto número de contatos com Paraguai e Uruguai seja o fato de que esses dois países ocuparam a Presidência Rotativa pro-tempore do Mercosul de dezembro de 2019 a julho de 2020 (Mario Abdo Benítez) e de julho de 2020 a dezembro de 2020 (Luis Lacalle Pou). Assim, esses países foram os mais relevantes politicamente no bloco comercial durante a maior parte do mandato de Ernesto

Araújo. Com isso, os contatos bilaterais com tais governos também serviriam para que o Brasil tratasse de intenções em comum para serem aplicadas ao organismo. Lacalle Pou, por exemplo, em seus discursos, tratava do Mercosul de forma parecida a de Bolsonaro, enfatizando a necessidade de abertura e desburocratização do bloco (JUNQUEIRA, 2020).

No que diz respeito à Polônia e à Itália, também indicados como países amigos de sua gestão, cabe destacar a viagem que Araújo fez à Europa nos primeiros meses de 2019 (CHADE, 2019) quando se encontrou com importantes personalidades políticas (MARQUES, 2019). Não há registros de reuniões com os respectivos Presidente e Primeiro-Ministro ou com os Ministros de Negócios Estrangeiros desses países em sua agenda oficial. Dessa forma, embora tenha registrado uma aproximação bilateral importante, na presente análise os números não foram suficientes para colocar esses países europeus no topo da lista.

Por outro lado, Carlos França iniciou seu mandato encarando mudanças no cenário político de alguns dos países supracitados, pois, ao assumir em 2021, teve de lidar com os governos de Alberto Fernández (Argentina), Luis Arce (Bolívia), Joe Biden (EUA) e Yair Lapid (Israel), os quais se diferenciavam de seus respectivos antecessores. Em relação aos Estados Unidos, o chanceler não se limitou à afinidade entre líderes para manter a linha-mestre da política externa de comprometimento com o país norte-americano, de forma que este permaneceu como maior contatado bilateralmente em sua gestão. Como ressalta Pecequillo (2022), embora nenhum grande acordo tenha ido adiante com os estadunidenses, esse alinhamento sociopolítico-cultural do governo Bolsonaro com os Estados Unidos não se alterou mesmo com a vitória de Biden.

Algo parecido ocorreu com o principal parceiro do Brasil no continente, uma vez que a Argentina do peronista Fernández, mesmo que atrás de diversos outros países americanos na lista de contatos, manteve-se no topo dos mais relacionados. Por outro lado, a Bolívia não recebeu a mesma atenção após a volta do partido *Movimiento Al Socialismo* (MAS) ao poder e Israel ficou atrás de Turquia e Arábia Saudita no Oriente Médio. Um dos fatores que pode ser motivo para a ascensão desses dois países em detrimento de Israel pode ser os impactos da Guerra da Ucrânia, uma vez que a Turquia exerce papel importante na mediação do conflito e a Arábia Saudita é um importante exportador de fertilizantes, produto que sofreu restrições de exportação pelo envolvimento da Rússia (SOUSA, 2022; VALOR ECONÔMICO, 2022)

Ampliando o espectro de contatos do segundo chanceler vê-se que, dos dez mais buscados, cinco podem ser considerados sob governos amigáveis (Uruguai, Equador, Paraguai, Colômbia e Guatemala) e a outra metade com lideranças de espectros políticos mais distantes de Bolsonaro (Estados Unidos, Peru, Portugal, Argentina e Guiana). Assim, se com Araújo os

mais buscados foram prioritariamente por motivos ideológicos, França não deixou a afinidade totalmente de lado, mas parece ter priorizado a visão de uma política mais estatal em detrimento da pessoal, visto que Estados Unidos, Argentina e Portugal são parceiros históricos e Guiana vem revelando forte crescimento econômico graças à descoberta de novos campos petrolíferos, o que gera interesse econômico do mercado brasileiro (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

Por sua vez, o Peru pode se justificar no topo pela alta rotatividade de nomes no cargo de Ministro das Relações Exteriores (foram cinco ao longo do mandato de Carlos França), o que cria a necessidade de mais telefonemas realizados pelo chanceler brasileiro para os cumprimentos e felicitações ao cargo, além da alta instabilidade política no país que gerou risco iminente de queda do presidente Pedro Castillo ao longo do mandato. Não obstante, o fato de Bolsonaro ter protagonizado junto a Castillo um encontro pessoal amigável e descontraído (sem, no entanto, a presença de França), em fevereiro de 2022, denota a existência de um esforço de aproximação entre ambos os Estados.

Além disso, para observar diferenças e semelhanças, percebe-se que entre os dez países mais contatados por Carlos França, a maioria (6) também estava no topo de mais visados por Ernesto Araújo. São eles: Estados Unidos, Portugal, Uruguai, Paraguai, Colômbia e Argentina. Ou seja, a maior parte dos contatos bilaterais mais focados por Araújo se mantiveram com o segundo ministro. Essa inferência é perceptível na Tabela 5 que, ao destacar os países mais contatados por cada um, mostra em vermelho aqueles que deixaram de compor o topo da lista com a mudança de gestão e, em verde, os que acabaram ocupando o espaço por eles deixado.

Tabela 5 – Países mais contatados por Araújo e França

(continua)

<b>Ernesto Araújo</b>	<b>Carlos França</b>
Estados Unidos (16)	Estados Unidos (10)
Paraguai (14)	Peru (10)
Uruguai (11)	Portugal (10)
Bolívia (8)	Uruguai (9)
Israel (7)	Equador (9)
Argentina (7)	Paraguai (8)
Espanha (7)	Colômbia (8)
Arábia Saudita (7)	Guatemala (7)

<b>Ernesto Araújo</b>	<b>Carlos França</b>
Portugal (5)	Argentina (6)
Hungria (5)	Guiana (6)
Colômbia (5)	—
Índia (5)	—

Fonte: elaboração própria baseada em BRASIL (2023).

De forma semelhante, outra tendência que permaneceu foi o baixo número de encontros realizados com Alemanha, Noruega, França e China, países com quem o Brasil possui relações densas e dinâmicas (ABDENUR, 2019) e que tiveram divergências com Bolsonaro ao longo de seu mandato como presidente, seja pelas políticas ambientais brasileiras (NEGRÃO, 2019), seja por falas hostis do governo (VEJA, 2019; ZARUR, 2021). Outro país de relações conturbadas com o Brasil, a Venezuela permaneceu com o governo Maduro não reconhecido e os representantes de Guaidó realizaram apenas um encontro a menos com os brasileiros na gestão do segundo ministro. Porém, conforme veiculado pela mídia, houve uma moderação no discurso pregado por Carlos França em relação ao antecessor (COLETTA, 2021).

Por fim, no que tange a uma comparação por regiões dos países visitados, o levantamento gera a seguinte tabela, que considera a Rússia no continente asiático e a Turquia como pertencente ao Oriente Médio:

Tabela 6 – Comparação de contatos bilaterais por região

	<b>Araújo</b>	<b>França</b>
Países americanos	21	30
Países europeus	21	19
Países asiáticos	7	8
Países africanos	11	12
Países da Oceania	1	1
Países do Oriente Médio	8	9
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>79</b>

Fonte: elaboração própria baseada em BRASIL (2023).

Com isso, vê-se que os enfoques dados aos ministros por região foram praticamente idênticos. A principal diferença foi a busca de Carlos França por mais Estados do continente

americano que acabaram sendo, na imensa maioria, países do Caribe (Granada, São Tomé e Príncipe, Bahamas, Dominica, Barbados, Belize, São Cristóvão e Névis, Antígua e Barbuda, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago), além de El Salvador, na América Central. Embora isso signifique maior diversificação, pois são países que não foram incluídos no rol de relações com Ernesto Araújo, eles também se mantiveram marginalizados com apenas um contato bilateral realizado. Por outro lado, entre o topo de países contatados, Araújo buscou seis americanos, dois do Oriente Médio, três europeus e um asiático, enquanto França dialogou com nove americanos e um europeu, o que demonstra a importância dada a países do entorno e com menor diversificação no topo da lista.

Tendo em vista a comparação enumerada, nota-se que houve, de forma geral, manutenção dos países contatados bilateralmente, da mesma forma que na grande maioria não houve grande distinção na frequência de encontros. Nota-se, porém, que alguns dos principais parceiros ideológicos da primeira gestão perderam espaço com o tempo e houve um predomínio de intenções mais pragmáticas. Dessa forma, constata-se que há uma relativa continuidade nas principais diretrizes de encontros bilaterais, mas com modificações que indicam o distanciamento da política externa de caráter mais personalista-ideológico, protagonizada por Araújo, em prol de uma abordagem relativamente mais pragmática e universalista. França parece ter buscado o fortalecimento de relações com parceiros que não necessariamente dialogam ideologicamente com o governo Bolsonaro, sendo ilustrativo o caso da aproximação do Peru, após a eleição do populista de esquerda Pedro Castillo, bem como à Guiana e ao Suriname.

#### 4. POLÍTICA EXTERNA MULTILATERAL

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da diplomacia política multilateral de ambos os ministros em seus respectivos mandatos, além da pesquisa realizada em torno das votações do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas. Isto será feito ao longo de três subcapítulos, em que primeiramente serão expostas as pretensões e visões de Ernesto Araújo e Carlos França acerca da diplomacia multilateral, sendo seguidas dos resultados e práticas realizadas ao longo de ambas as gestões neste âmbito. Em um segundo momento serão descritos os dados compilados da pesquisa documental e por fim haverá uma conclusão do capítulo. Neste sentido, é relevante introduzir a temática da política internacional multilateral, bem como recordar a explicação do critério utilizado para a pesquisa.

Seguindo a definição de Cervo (2008a, p.8), a diplomacia expressa os valores e objetivos de uma agenda de compromissos fora das fronteiras de uma nação e essa atuação externa pode se dar no âmbito bilateral, abordado anteriormente, mas também no regional e no global. Nesses, a diplomacia do país terá de lidar com o interesse das várias partes, ou seja, em uma relação de multilateralismo que pode ser definido como um “sistema de coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com determinados princípios de conduta, e com objetivos definidos” (SOUSA, 2005, p.121). Nos foros multilaterais são abordados especialmente aqueles temas que não podem ser resolvidos de forma individual pelos Estados e podem perpassar diversas áreas. Especialmente entre 1990 e 2001, com o fim da Guerra Fria e o aumento no fluxo de relações econômicas e sociais (fenômeno que ficou conhecido como globalização), a questão da segurança deixou de monopolizar o debate internacional e o Brasil, seguindo as novas tendências, começou a se debruçar sobre temas como liberalismo econômico, ecologia, direitos humanos, segurança, multilateralismo comercial e fluxos de capitais (BUENO; CERVO, 2002, p.463).

Como apontam Giacomelli e Viotti (2022, p.42), a participação do Brasil nos ambientes multilaterais constitui um dos pilares de sua política externa ao longo da história, pois o país encontrou nesse meio maiores possibilidades de defender seus interesses e de melhorar sua inserção internacional, influenciando em matérias que afetam sua política. Nesse mesmo sentido, Cervo (2008a, p.94) afirma que tanto o multilateralismo econômico, nas instituições do sistema Bretton Woods, quanto o político, na ONU, são uma das linhas prioritárias de ação da política exterior brasileira há décadas. Isto ocorre especialmente pelo alcance na busca pelo desenvolvimento, pela qualidade da formulação de política multilateral pelos governos brasileiros e pela experiência da diplomacia do país nesses órgãos, uma vez que o Brasil reitera

sua participação desde o final do século XIX, quando foi membro fundador da maior parte dos organismos internacionais. Essa tradição se estendeu ao longo do século XX com a Liga das Nações, e no pós-Segunda Guerra com participações ativas no âmbito econômico e político na Conferência de Bretton Woods, no GATT e, por fim, na ONU (MELLO, 2011, p.8-9).

Por esse motivo, as soluções multilaterais constituem uma preferência tradicional dos tomadores de decisão brasileiros que, com relativa continuidade ao longo do tempo, optam por atuar de maneira construtiva nas organizações internacionais em respeito ao Direito Internacional (ALBUQUERQUE; SARAIVA, 2022, p. 154). Ao encontro disso, Milani (2015, p. 102) relembra que o Brasil foi membro fundador da ONU e que

(...) tem sua história diplomática tradicionalmente pautada pela crença no multilateralismo, pela adesão aos princípios da negociação e da formação mais ampla de consensos e pelo respeito ao direito internacional. Essa postura está expressa na participação brasileira no desenvolvimento do sistema multilateral, muito embora a história desse interesse não tenha sido linear, nem isenta de disputas.

Tal visão de não linearidade no interesse do Brasil ao multilateralismo é reiterada por Cervo (2008a, p. 94), que aponta quatro fases do país nesta seara. Primeiramente, no pós-Segunda Guerra, o Brasil apoiou a construção do sistema internacional, entre 1944 e 1949; em um segundo momento almeja a reforma da ordem internacional, entre 1960 e 1980; entre 1990 e 2002 a perspectiva é de atuação em vez de reforma e; por fim, desde 2003 o objetivo era de reciprocidade entre países emergentes e os hegemônicos. Embora essa divergência de visões, prevaleceu ao longo do tempo a ideia positiva de que a ordem universal convinha aos interesses brasileiros. Não à toa Cardoso (2021, p. 32) aponta que o acervo diplomático brasileiro se pautou, além da resolução pacífica de conflitos, no respeito ao direito internacional e à soberania dos demais países, também no multilateralismo.

Pelo que foi exposto, os foros multilaterais são cabíveis de serem analisados quando se pretende observar a expressão dos valores da política externa aplicada pelo Brasil, seja no âmbito regional ou no âmbito global, pela relevância histórica que apresenta ao Itamaraty, mas também por terem sido recorrentemente focos dos discursos dos ministros aqui estudados. Nesta pesquisa, utilizaremos as votações da missão diplomática brasileira na ONU, especialmente na Assembleia Geral, como expressão do posicionamento político e das orientações propostas pelo Ministério das Relações Exteriores.

Há, como retratam Oliveira e Ouki (2013, p. 7), argumentos contrários para a escolha desse critério, baseados na ideia de que a AGNU é uma arena meramente deliberativa e sem a capacidade de produzir resoluções vinculantes. Entretanto, a escolha desse fórum baseia-se no argumento de que é o único órgão deliberativo efetivamente global da política internacional

que, até por não gerar resoluções obrigatórias, permite aos Estados exporem suas posições políticas nas votações de forma mais livre. Soma-se a isso, a facilidade de acesso às informações das votações no banco de dados da ONU permite o melhor desenvolvimento da pesquisa.

Sobre a ONU, Herz e Hoffman (2004, p. 90) descrevem-na como “[...] a arena mais universal para a negociação de normas internacionais, mas também um ator, assumindo posições e produzindo ideias dentro dos limites estabelecidos pelos Estados que a constituíram”. No que diz respeito a sua composição, as autoras destacam a existência de “seis órgãos principais: o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, o ECOSOC (Conselho Econômico e Social), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado”, sem contar as agências e programas específicos. Especialmente sobre a AGNU, elas afirmam que é a arena que constitui, muitas vezes, o órgão legislativo do mundo e expressa a máxima de igualdade entre Estados soberanos, dado que cada país tem direito a um único voto paritário. Por esse mesmo motivo, há a formação de coalizões entre Estados que compartilham de uma agenda comum, demonstrando seu caráter político.

O sítio eletrônico da ONU descreve a Assembleia Geral como o principal órgão deliberativo, ocupando uma posição central na formulação de políticas pelos 193 membros que compõem as Nações Unidas. Em relação a seu funcionamento, ela ocorre de setembro a dezembro de cada ano em uma etapa principal e, posteriormente, mantém seu funcionamento de janeiro a setembro em uma parte resumida, conforme necessário (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023a). Geralmente chama a atenção da grande mídia os discursos realizados pelos chefes de Estado na sessão de abertura das Assembleias, mas como visto, elas duram ao longo de todo o ano.

O ex-ministro Ernesto Araújo, que se manteve no posto de janeiro de 2019 a março de 2021, foi representante máximo da política exterior brasileira durante a 74ª Assembleia Geral da ONU (2019 – 2020), iniciada em 17 de setembro de 2019. Do mesmo modo, era líder do Itamaraty, quando iniciou a 75ª AGNU (2020 – 2021), em 16 de setembro de 2020, mas deixou o posto após seis meses. Com isso, Carlos França foi Ministro das Relações Exteriores na segunda metade da 75ª AGNU e durante as duas seguintes: 76ª (2021– 2022, iniciada em 14 de setembro de 2021) e 77ª (2022 – 2023, aberta em 13 de setembro de 2022). No que tange às resoluções, elas podem ser adotadas sem contraponto, ou então serem postas à votação. Nesse caso, há quatro diferentes tipos de manifestação que um Estado pode realizar: votar a favor (sim), votar contra (não), abster-se ou não votar. Com a pandemia de COVID-19 e a restrição de encontros, abriu-se uma exceção a esse sistema quando a ONU orientou que as delegações poderiam endossar (assinando como patrocinadores ou copatrocinadores da resolução), objetar

ou não se expressar. Com esse método, qualquer objeção derrubava o texto. Portanto, em caso de nenhuma manifestação contrária, considerava-se que a resolução havia sido aprovada de forma unânime. Dessa forma, as resoluções são descritas como “adotadas sem votação”, na Biblioteca Digital da ONU e acabaram não entrando na conta.

#### 4.1 DIPLOMACIA MULTILATERAL DE ERNESTO ARAÚJO E CARLOS FRANÇA

É praticamente consenso entre os analistas que na política externa executada por Ernesto Araújo prevaleceram as relações bilaterais em detrimento de ações multilaterais, uma vez que um de seus principais esteios, como visto, embasava-se na crítica ao globalismo e, por consequência, às instituições supranacionais (ALBUQUERQUE, SARAIVA, 2022). Devido a aposta em um “bilateralismo sem reciprocidade” (JUNG, p. 13), muitas posições históricas do Itamaraty acabaram sendo alteradas em prol da convergência com países alinhados, tais como Estados Unidos e Israel, reverberando também retóricas agressivas perpetradas por esses governos (PECEQUILO, 2022; ALBUQUERQUE, SARAIVA, 2022). Assim, Araújo adotou uma postura antimultilateralista e antirregimes internacionais que, quando atuante nesses foros, acabou renunciando aos interesses estatais brasileiros com críticas contundentes às agendas de direitos humanos, mudanças climáticas, migrações e, de forma, geral, à noção de bem público global, como visto com a temática da saúde durante a pandemia (PECEQUILO, 2022; HIRST; MACIEL, 2022; SILVA, 2022).

A perspectiva de atuação multilateral focalizada aos países amigos ficou clara com menos de um mês no cargo, quando Araújo participou da Conferência Ministerial para Promover um Futuro de Paz e Segurança no Oriente Médio, em Varsóvia. No evento, patrocinado pelo governo Trump, encontrou-se com o Vice-Presidente, o Primeiro-Ministro e o chanceler da Polônia, com o Secretário de Estado dos Estados Unidos e o Primeiro-Ministro de Israel, incluídos no rol de relações prioritárias para o ministro brasileiro. Além da conferência, Brasil, Polônia e Hungria integraram a Aliança pela Liberdade Religiosa, de 2020, também impulsionada pelos norte-americanos na figura de Mike Pompeo, fortalecendo o vínculo entre os países governados por líderes de direita nacionalista (HIRST; MACIEL, 2022).

Ademais, para também atender aos interesses do agronegócio, Ernesto Araújo evitou participar de negociações em torno de questões ambientais, criticando o Acordo de Paris, desistindo de sediar a Conferência do Clima da ONU de 2019 e mitigando as mudanças climáticas. Além disso, retirou o país do Pacto Global para Migração e aderiu à tese de seletividade dos direitos humanos, o que acabou por diminuir a relevância do Brasil na

governança global (CARDOSO, 2021; CARNEIRO; FONSECA; SCHUTTE, 2019; HIRST; MACIEL, 2022; ALBUQUERQUE; LIMA, 2019)

Na esfera da saúde, o Brasil vinha mantendo proatividade histórica no âmbito multilateral, especialmente por conta do sucesso no enfrentamento à endemia do HIV (CERVO, 2002). Em contraponto, no ano de 2020, Bolsonaro ameaçou retirar o Brasil da OMS e as ações da política externa brasileira foram de pouca coordenação e cooperação com outros países, demonstrando distanciamento, isolamento, descoordenação com países emergentes e associativismo com suas relações bilaterais. Exemplo disso foi a não participação em reuniões de alto nível da OMS sobre acesso a tratamentos; não ter endossado, junto com os EUA, resolução da Assembleia Geral da ONU sobre cooperação internacional contra a pandemia; e ter se oposto, na OMC, à proposta da Índia e da África do Sul em suspender patentes de propriedade intelectual de vacinas e medicamentos para o combate ao coronavírus (CHADE, 2020; GARCIA, 2020; HIRST; MACIEL, 2022; SILVA, 2022; ABREU; JUNG; KEIL, 2022; JUNG, 2020). Esses países, inclusive, vinham se consolidando como parceiros recentes do Brasil, tendo em vista a composição do IBAS (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul) e, posteriormente, a participação no BRICS. O órgão, que conta também com a participação de China e Rússia, foi lidado com mais pragmatismo no início do governo Bolsonaro, mas com relações mais distantes do que no seu auge, durante os governos petistas. Tal comportamento pode ser interpretado como uma reação de China e Rússia ao forte alinhamento brasileiro com os Estados Unidos.

No que diz respeito ao entorno sul-americano, “desde 1990 o Brasil tinha como estratégia reforçar o Mercosul com convergência política entre Brasil e Argentina e organizar o espaço sul-americano com autonomia perante os Estados Unidos” (BUENO; CERVO, 2002, p.486-487). Essa linha de atuação foi abandonada por Ernesto Araújo que, além da dificuldade de diálogo com a Argentina de Fernández, criticava o papel do Mercosul defendendo reformá-lo com enfoques ao livre comércio (ARAÚJO, 2020). Essa perspectiva encontrou respaldo nos esforços para o fechamento do acordo com a União Europeia e coadunava com as demandas do Uruguai por flexibilizações nos acordos bilaterais. De maneira geral, sua atuação foi antirregionalista, observando-se a denúncia ao tratado constitutivo da UNASUL, órgão com instituições já consolidadas, em prol do PROSUL. A participação nesse foro era alimentada especialmente pelas aproximações ideológicas, tendo em vista que muitos dos participantes também atuavam no Grupo de Lima, disposto a enfrentar o regime de Nicolás Maduro, na Venezuela (ZUCATO, 2019; SARAIVA; SILVA, 2019; HIRST; MACIEL, 2022)

Ainda durante a campanha, Jair Bolsonaro disse que sairia da ONU caso eleito, o que acabou não ocorrendo, mas demonstrou a postura que seria seguida em relação à entidade (CARDOSO, 2021). O tom confrontacionista ficou claro no discurso de posse de Ernesto Araújo, quando afirmou que, “no sistema multilateral político, especialmente na ONU, vamos reorientar a atuação do Brasil em favor daquilo que é importante para os brasileiros – não do que é importante para as ONGs” (ARAÚJO, 2020, p. 29). Esse teor se refletiu em todas as esferas da entidade, como supracitado, e no comportamento das votações que foram vinculadas a valores cristãos (ALBUQUERQUE; SARAIVA, 2022). Além disso, a projeção internacional do Brasil foi guiada pela perspectiva de alinhamentos bilaterais, muitas vezes sem compensação. Exemplos disso, são mudanças tradicionais em prol de Israel e Estados Unidos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019; SCHERER, 2022).

O fato de Carlos França ser uma figura mais reservada que Araújo, condicionou uma menor circulação de opiniões sobre a atuação do ex-chanceler antes e durante seu mandato, diferente do antecessor, cujas polêmicas publicações ao longo da carreira renderam vasto material auxiliar para pesquisas. Além disso, a proximidade temporal restringe as produções acadêmicas sobre sua gestão. Dessa forma, as visões de França sobre o multilateralismo devem ser encontradas em declarações e discursos oficiais, bem como em notícias e colunas jornalísticas.

Em um tom que pode ser considerado apaziguador, e se referindo especificamente ao combate à pandemia, França disse ser seu compromisso “engajar o Brasil em intenso esforço de cooperação internacional, sem exclusões”, fazendo referência à Organização Mundial do Comércio (OMC) como órgão dentro do qual o Brasil buscava instrumentos de combate à COVID-19. Ao se referir às necessidades econômicas do Brasil, o chanceler endereçou novamente uma organização multilateral, desta vez a OCDE, com quem julgou importante “nosso cada vez mais estreito relacionamento”, complementando acreditar não haver possibilidade de “modernização sem abertura ao mundo – e por essa razão a nossa política externa *tem um sentido universalista* sempre guiado pela proteção de nossos legítimos interesses” (grifo nosso) (BRASIL, 2021b).

Essa referência positiva à necessidade de integrar cada vez mais o Brasil nos organismos multilaterais foi acompanhada, no entanto, de uma ressalva. Após falar sobre a relevância do Brasil no diálogo multilateral ao longo da história, França afirmou que “isso não significa, como é evidente, aderir a toda e qualquer tentativa de consenso que venha a emergir, nas Nações Unidas ou em outras instâncias”. “Não precisa ser assim e não pode ser assim”, completou,

ressaltando que a política externa brasileira deveria, antes de qualquer coisa, ser guiada pelos interesses próprios do Brasil (BRASIL, 2021b).

Em texto publicado em setembro de 2022 no portal Poder 360, França teceu comentários positivos em relação ao Mercosul, mostrando-se entusiasta das soluções regionais possibilitadas pelo bloco. Embora o Mercosul tenha sido criticado por Araújo e Bolsonaro em algumas oportunidades, os dois ministros seguiram na mesma linha, defendendo uma modernização e abertura a reformas que possibilitassem maior dinamismo aos acordos. Segundo o chanceler, “a melhor resposta aos graves desafios atuais devem ser ações para promover mais comércio e mais integração, não o fechamento de mercados”, destacando os efeitos da pandemia e da guerra russo-ucraniana nas cadeias globais de valor, do mesmo modo que exaltou a busca pelo encerramento do acordo com a União Europeia (FRANÇA, 2022).

No que diz respeito aos órgãos globais, a troca no comando do Itamaraty foi vista como importante para a eleição do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU, em 2021 (CARDOSO; CHRISPIM, 2021) e chamou a atenção da mídia a retomada de posicionamentos tradicionais do Brasil na Assembleia Geral da ONU, especialmente no que tange a resoluções sobre Israel (AMADO, 2022). Essa amenização, indicou um arrefecimento do associativismo exercido na gestão Araújo, mas não um descarte aos interesses da relação como se viu na pressão exercida pelo país do Oriente Médio e as pretensões do Brasil de voltar a se manifestar a favor dos israelenses na 77ª AGNU (COLETTA, 2022). Contudo, a resolução não foi à votação e acabou não entrando na análise desta pesquisa

#### 4.2 VOTAÇÕES NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

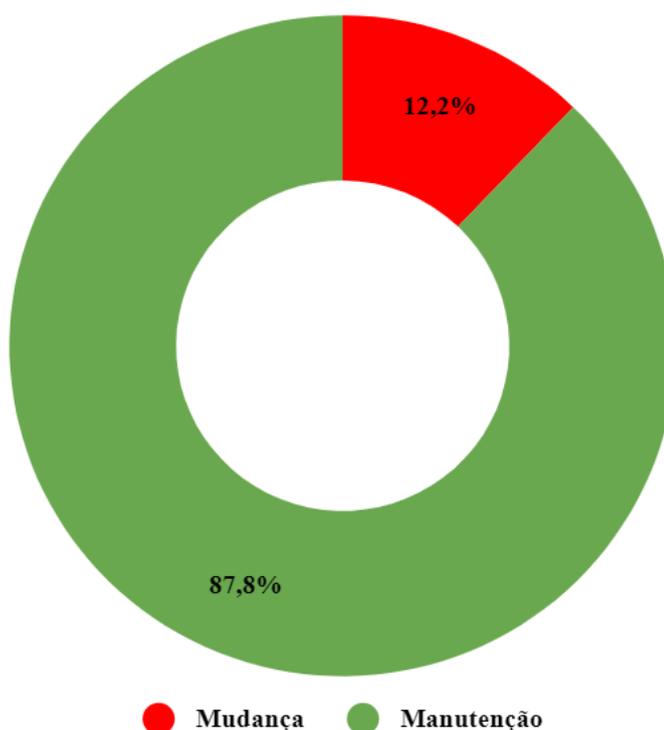
Nesta seção serão apresentados, descritivamente, os dados compilados dentro da categoria analítica de votações em arena multilateral, levando em conta que “a atuação de um Estado nos fóruns multilaterais serve enquanto um bom termômetro dos direcionamentos tomados por este nas relações internacionais” (JUNG, 2020, p. 5). Para esta pesquisa foi realizado o levantamento de 74 resoluções postas à votação nas quatro assembleias gerais ocorridas entre 2019 e 2022 (APÊNDICE A), a fim de comparar o comportamento da missão diplomática brasileira na ONU em relação às mesmas temáticas, observando-se as manutenções e mudanças de postura entre uma gestão ministerial e outra.

Inicialmente, cabe ressaltar que, pelas pretensões de comparar um mandato a outro, considera-se como mudança a troca de posicionamento da gestão de França em relação ao último voto da gestão de Araújo. Dessa forma, as modificações que ocorrem dentro de uma

mesma gestão são desconsideradas e interpretadas como relativas a elas mesmas. Além disso, destaca-se que nem todas as resoluções são postas à votação em todas as assembleias e, por esse motivo, podem ter recorrência em somente duas ou três delas. Porém, prevalece o critério de que tenham se repetido ao menos uma vez sob as duas administrações, para que seja possível alcançar o objetivo da pesquisa.

De forma geral, percebe-se que das 74 resoluções avaliadas, 65 receberam o mesmo comportamento do Itamaraty. Com isso, tem-se o seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Mudança e manutenção de posicionamento nas votações das resoluções da AGNU sob Carlos França em relação àquelas sob Ernesto Araújo



Fonte: elaboração própria baseada em ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2023b).

Especificamente em relação às resoluções em houve mudança de voto, percebe-se que perpassam diferentes áreas como segurança e defesa, direitos humanos, geopolítica e economia, bem como dizem respeito tanto a proposições específicas e práticas quanto mais genéricas e abstratas. São exemplos de propostas que tiveram alterações no voto: medidas de prevenção à corrida armamentista no espaço; criação de grupo de trabalho para tratar sobre segurança no uso de tecnologias de informação; condenação ao uso unilateral de medidas econômicas contra países em desenvolvimento como forma de coerção; afirmações em prol de uma ordem internacional democrática e equitativa; preocupações pelo uso de mercenários na infração aos

direitos humanos e à autodeterminação dos povos; declarações de garantia à independência e à erradicação do colonialismo a países e povos; garantia de uma distribuição geográfica equitativa na composição dos órgãos de tratados de direitos humanos; desaprovação sobre a ocupação israelense nas Colinas de Golã, na Síria e; condenação aos embargos impostos pelos Estados Unidos à Cuba.

Tabela 7 – Resoluções da AGNU em que houve mudança de voto com a transição Araújo – França

<b>RESOLUÇÃO</b>	<b>VOTO SOB ARAÚJO</b>	<b>VOTO SOB FRANÇA</b>
<b>The Syrian Golan</b>	CONTRA/CONTRA	ABSTENÇÃO/ABSTENÇÃO
<b>Necessity of ending the economic, commercial and financial embargo imposed by the United States of America against Cuba</b>	CONTRA	ABSTENÇÃO/ABSTENÇÃO
<b>Developments in the field of information and telecommunications in the context of international security</b>	A FAVOR/ABSTENÇÃO	A FAVOR
<b>Further practical measures for the prevention of an arms race in outer space</b>	A FAVOR	ABSTENÇÃO/ABSTENÇÃO
<b>Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples</b>	ABSTENÇÃO/ABSTENÇÃO	A FAVOR/A FAVOR
<b>Use of mercenaries as a means of violating human rights and impeding the exercise of the right of peoples to self-determination</b>	ABSTENÇÃO/ABSTENÇÃO	A FAVOR/A FAVOR
<b>Promotion of a democratic and equitable international order</b>	ABSTENÇÃO/CONTRA	ABSTENÇÃO/ABSTENÇÃO
<b>Promotion of equitable geographical distribution in the membership of the human rights treaty bodies</b>	ABSTENÇÃO	A FAVOR
<b>Unilateral economic measures as a means of political and economic coercion against developing countries</b>	ABSTENÇÃO	A FAVOR

Fonte: elaboração própria baseada em ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2023b).

Ao observar esse novo comportamento, alguns pontos chamam a atenção. No que diz respeito a resoluções que iriam de encontro aos interesses de Israel e Estados Unidos, se antes houve uma total rejeição às propostas, com Carlos França foi perceptível uma amenização na postura brasileira. Embora não tenha manifestado acordo com os documentos, o segundo chanceler absteve-se, provavelmente em busca de uma reorientação mais próxima à tradição brasileira nos temas, sem contrariar o pensamento do governo Bolsonaro no trato a esses países. Também se destaca o comportamento de abstenção de Ernesto Araújo sobre uma resolução de viés anticolonial, que passou a ser apoiada na gestão seguinte, aos mesmos moldes do que ocorreu com a desaprovação da Assembleia Geral à infração de direitos humanos por mercenários.

Nesta mesma seara, evidencia-se um comportamento mais afável de França aos países em desenvolvimento, diferente do que ocorreu com Ernesto Araújo, que realizou fortes críticas sobre a política de cooperação sul-sul, dos governos petistas. Sintomas disso encontram-se no apoio à distribuição equitativa de países nos órgãos de direitos humanos da ONU e na condenação aos embargos econômicos contra nações não desenvolvidas. Essa última, inclusive, havia sido aprovada no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 23 de março de 2021, e o Brasil, com Ernesto Araújo, foi o único país latino-americano a se opor ao documento (SCHERER, 2022).

Contudo, ao observar as temáticas em que não houve mudanças, nota-se a perpetuação de algumas linhas gerais. Diversas resoluções que tratam sobre a mitigação dos riscos e de expansão do armamento nuclear mantiveram os posicionamentos, assim como textos que tratam de direito à comida (a favor), ao desenvolvimento (abstenção) e que tratam de direitos humanos e diversidade cultural (contra). Além destas, destacam-se algumas percepções a respeito da Questão Palestina: reconhecimento ao “Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino” e à “Divisão do Secretariado para os Direitos Palestinos”, com ambos votando contra; “Solução pacífica da questão da Palestina e resolução sobre “As propriedades dos refugiados palestinos e suas receitas” contaram com abstenção; apoio à difusão de informações pelo “Programa especial de informação sobre a questão da Palestina do Departamento de Comunicações Globais da Secretaria” e à “Assistência aos Refugiados Palestinos”, receberam votos a favor.

Do mesmo modo resoluções sobre o “Trabalho do Comitê Especial para Investigar as Práticas Israelenses que Afetam os Direitos Humanos do Povo Palestino e de Outros Árabes dos Territórios Ocupados” teve voto contra do Brasil nas duas administrações e se abstiveram sobre os “Assentamentos israelenses no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém

Oriental, e o Golã Sírio Ocupado”. Por outro lado, votaram a favor da proposta do “Direito do povo palestino à Autodeterminação”. Ressalta-se, ainda, a manutenção de posicionamento de uma gestão a outra na votação da resolução acerca da “Soberania permanente do povo palestino no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e da população árabe no Golã sírio ocupado sobre seus recursos naturais”, mas Carlos França modificou sua própria opinião na última assembleia quando deixou de se abster para votar a favor (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023b).

#### 4.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Assim como na diplomacia bilateral, vê-se que Ernesto Araújo cumpriu suas promessas em relação às orientações do Brasil no foro multilateral, bem como refletiu os alinhamentos aos países considerados parceiros. Também se percebe que o comportamento de mudança nas votações da Assembleia Geral da ONU foi a exceção, tendo em vista o baixo número de resoluções às quais Carlos França orientou um outro posicionamento da delegação brasileira. As trocas de voto ocorreram em textos pontuais e a maioria deles sem um grande grau de comprometimento ideológico, excetuando-se a condenação aos embargos à Cuba que geralmente também ganha atenção da mídia brasileira. Essa postura pode significar um apaziguamento político ao público interno, tendo em vista as tensões que eram geradas pelo antecessor. Da mesma forma, sinalizou uma leve recondução de posicionamentos focados no lugar do Brasil do mundo, já que votou a favor de pautas aos países em desenvolvimento.

Por outro lado, as manutenções são observadas em dois extremos: naquelas votações que demonstram maior grau de comprometimento a países alinhados, principalmente a Israel, considerando o alto número de propostas sobre a causa árabe-israelense; e às resoluções que tratam de temas mais consensuais, como legislação marítima, por exemplo. Especialmente em relação às primeiras, vê-se que Carlos França não tentou uma reorientação completa, seguindo ainda a visão de Jair Bolsonaro do mundo. Em suma, nota-se uma suavização à radicalização ideológica, distanciando-se de polêmicas interna e externamente, mas não se alteram as linhas gerais da política externa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A troca no cargo ministerial ocorreu sob fortes pressões internas, da classe política e da sociedade civil, por mudanças que trouxessem benefícios ao país por meio da política externa. Essas demandas buscaram ser imediatamente atendidas por Carlos França, notando-se o próprio comportamento pessoal do chanceler, mas também em seus discursos que acenavam para a consecução de objetivos na saúde, na economia e no meio ambiente, da mesma forma que tentava se diferenciar do antecessor Ernesto Araújo com falas mais breves e não tão carregadas de caráter ideológico. Enquanto Ernesto Araújo deixou claras as suas pretensões à diplomacia bilateral e suas críticas ao ambiente multilateral, seu sucessor utilizou-se da discrição e do apaziguamento para manter relações consideradas prioritárias tanto para o interesse nacional, quanto para o interesse do governo.

No que tange aos resultados observados na diplomacia bilateral, identifica-se, de forma geral, uma mudança de postura na gestão Carlos França. O segundo chanceler obteve maior diversificação e frequência, levando em consideração o número de encontros e de países buscados. Da mesma forma, houve alteração no caráter dos contatos, observando-se a relevância dos Estados no cenário regional e global em detrimento das parcerias efetuadas por Ernesto Araújo que se baseiam no posicionamento ideológico de seus governos. Acrescenta-se a isso a forma com que Carlos França lidou com parceiros tradicionais do Brasil, que se diferenciou de Araújo, da mesma forma que o enfoque dado aos países do entorno regional também não foi o mesmo, reunindo-se mais com países americanos do que o antecessor, mesmo com aqueles de governos não totalmente alinhados. Por outro lado, o segundo ministro não necessariamente foi capaz de reorientar aproximações com Estados com os quais Bolsonaro enfrentou adversidades, tais como Alemanha, França, Noruega e China, embora tenha apaziguado o discurso e se distanciado de crises enquanto o primeiro chanceler havia realizado ataques firmes e contundentes aos países desafetos. Constata-se que foi instaurado um apaziguamento ao relacionamento personalista-ideológico e, pode-se inferir, maior grau de pragmatismo por parte de Carlos França. Mesmo que tenha mantido o núcleo de países mais contatados, as relações se deram sob outras circunstâncias políticas que não eram tão favoráveis. Assim, mesmo que não de forma brusca, configurou-se uma mudança na política externa voltada à diplomacia bilateral.

Em relação às expressões brasileiras na esfera multilateral, também se detecta uma modificação de posturas, mas em menor escala do que nas relações de Estado a Estado. Carlos França mudou o voto da delegação brasileira em apenas 12% dos casos estudados, podendo-se

concluir que essa foi a exceção à regra. A manutenção que ocorreu em resoluções com maior grau de comprometimento ideológico denota que as trocas de voto foram pontuais, acenando para os impactos de eventual repercussão ao público interno e aos países em desenvolvimento. As posturas que Ernesto Araújo tomou, especialmente sobre a Questão Palestina, foram em grande parte repetidas por Carlos França, constatando a importância que essa relação obteve ao longo do Governo de Jair Bolsonaro na esfera multilateral. Diferentemente do que ocorreu com o aliado do Oriente Médio, algumas resoluções que podem ser interpretadas como desfavoráveis aos Estados Unidos — que foi o principal parceiro bilateral nas duas administrações — tiveram suavização por parte dos brasileiros, a exemplo da condenação aos embargos à Cuba e às sanções econômicas impostas a países emergentes. Dessa forma, percebe-se também um afastamento da radicalização exercida por Ernesto Araújo, não só no âmbito das votações, mas também corroboradas com discursos. Assim, infere-se a ocorrência de mudança no comportamento multilateral, embora sutil.

Os resultados das diplomacias bilateral e multilateral configuram mudança na postura diplomática, perceptível não só na postura pessoal, bem como nos cálculos exercidos sobre os impactos aos interesses brasileiros. Entretanto, linhas gerais orientadoras perseguidas por Bolsonaro se mantiveram, como a influência religiosa e o apreço aos Estados Unidos. Embora esse não seja o objetivo dessa pesquisa, essa contradição pode ser notada nos diferentes graus de mudança que ocorreram em cada âmbito. Nas relações bilaterais, esfera em que geralmente são discutidos acordos e medidas mais próximos do cotidiano, é possível notar maiores diferenças nas prioridades estabelecidas entre uma gestão e outra. Estas também vinham sendo o principal canal de exercício diplomático de Ernesto Araújo. Por outro lado, na Assembleia Geral da ONU, onde as resoluções recomendatórias permitem um comportamento mais simbólico e político, demonstra-se maior persistência das ideias que Jair Bolsonaro estabeleceu à política exterior do Brasil. Com isso, é possível induzir que a política externa exercida por Carlos França foi caracterizada por uma amenização em relação a de seu antecessor, com aspectos de mudanças práticas e manutenção de linhas gerais.

Dessa forma, nota-se que a pergunta, se houve mudança na política externa brasileira nos âmbitos bilateral e multilateral com a nomeação de Carlos França ao cargo de Ministro das Relações Exteriores no lugar de Ernesto Araújo, pôde ser respondida, mas é possível propor novos estudos que investiguem mais a fundo o grau de mudança verificado e que almejam descobrir as suas causas, levando em consideração os choques externos, as reestruturações domésticas, a burocracia e a personalidade dos ministros.

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, R. Artigo: **Os riscos da diplomacia paralela**. O Globo, 09.mai.2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/artigo-riscos-da-diplomacia-paralela-23651422>. Acesso em: 18.jan.2023
- ABREU, Vitória; JUNG, João Henrique Salles; KEIL, Lucas. **O Fim de uma Era: a Diplomacia Eclesiástica na ruptura com o autonomismo da Política Externa Brasileira**. Revista Opinião Filosófica, v. 13, n. 1, p. 1-21, 2022.
- AGÊNCIA BRASIL. **Presidentes da Guiana e do Brasil se reúnem em Georgetown**. Agência Brasil, Brasília, 06 mai. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-05/bolsonaro-se-reune-com-presidente-da-guiana-em-georgetown>. Acesso em: 18.jan.2023.
- ALBUQUERQUE, Felipe Leal; SARAIVA, Miriam Gomes. Como mudar uma política externa? **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 1, p. 148-166, 2022.
- ALBUQUERQUE, Marianna; LIMA, Maria Regina Soares de. O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. **BOLETIM OPSA**, v. 1809, p. 15, 2019.
- ALONSO, L. **Brasil segue EUA e deixa de apoiar medida da ONU de cooperação contra coronavírus**. Folha de São Paulo, São Paulo, 21.abr.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/brasil-segue-eua-e-deixa-de-apoiar-medida-da-onu-de-cooperacao-contracoronavirus.shtml>. Acesso em: 18.jan.2023.
- AMADO, G. **Brasil retoma padrão histórico em votações sobre Israel na ONU**. Metrôpoles, 16.jan.2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/brasil-retoma-padrao-historico-em-votacoes-sobre-israel-na-onu>. Acesso em: 18.jan.2023.
- ARAÚJO, Ernesto. “Trump e o Ocidente.” **Cadernos de Política Exterior** 6, (2017): 323-357.
- ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. **A nova política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2020.
- ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. **Política externa: soberania, democracia e liberdade**. Brasília: FUNAG, 2021.
- BEASLEY, Ryan K. et al. (Ed.). Foreign policy in comparative perspective: Domestic and international influences on state behavior. **Cq Press**, 2012.
- BEASLEY, Ryan; LANTIS, Jeffrey. Comparative foreign policy analysis. Oxford Research **Encyclopedia of Politics**, 2017.
- BENITES, A. **Com posse de Biden, Brasil sofrerá pressão conjunta de EUA e Europa por Amazônia**. EL PAÍS, Brasília, 19.jan.2021. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-19/com-posse-de-biden-brasil-sofrera-pressao-conjunta-de-eua-e-europa-por-amazonia.html>. Acesso em: 18.jan.2023.

BILENKY, Thais. 2019. **Decreto que reformula Itamaraty cria secretaria de Soberania e Cidadania**. Folha de São Paulo, 10.jan.2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/decretoque-reformula-itamaraty-cria-secretaria-desoberania-e-cidadania.shtml>. Acesso em: 18.jan.2023.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 674, 1998.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. Universidade de Brasília, 2002.

BRASIL. **Ministro das Relações Exteriores (2019-2021: Ernesto Araújo). Discurso de Posse**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>. Acesso em: 18.jan.2023.

BRASIL. **Decretos de 29 de Março de 2021. Exonera e Nomeia do Ministério das Relações Exteriores**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Presidência da República, 2021a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decretos-de-29-de-marco-de-2021-311114179>. Acesso em: 18.jan.2023.

BRASIL. **Ministro das Relações Exteriores (2021-2022: Carlos França). Discurso de Posse**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/carlos-alberto-franco-franca-discurso-de-posse>. Acesso em: 18.jan.2023.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores. Agendas Anteriores**. Brasília, DF: MRE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/acao-a-informacao/agenda-de-autoridades/agendas-anteriores>. Acesso em: 18.jan.2023.

BRAUN, J. **Lula eleito: “América Latina vive onda de esquerda, mas com diferentes visões sobre democracia”, diz analista**. BBC News Brasil, São Paulo, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63451020>. Acesso em: 18.jan.2023.

BREUNING, Marijke. **Foreign policy analysis: A comparative introduction**. Springer, 2007.

CALCAGNO, L. **Bolsonaro já tem uma lista de nomes para substituir Ernesto Araújo**. Correio Braziliense, Brasília, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4914799-bolsonaro-ja-tem-uma-lista-de-nomes-para-substituir-ernesto-araujo.html>. Acesso em: 18.jan.2023.

CARNEIRO, Gabriel Santos; FONSECA, Bruno Castro Dias da; SCHUTTE, Giorgio Romano; **Jogo de Dois Níveis Voltado ao Eleitorado: uma análise da política externa bolsonarista**. *Conjuntura Global*, v. 8, n. 2, 2019.

CARDOSO, Daniel. **Política externa do governo Bolsonaro: continuidade e ruptura.** Janus 2020-2021-As relações internacionais em contexto de pandemia, 2021.

CARDOSO, J., CHRISPIM, D. **Brasil é eleito membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU.** Poder 360, 11.jun.2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/brasil-e-eleito-membro-nao-permanente-do-conselho-de-seguranca-da-onu/>. Acesso em: 18.jan.2023.

CARVALHO, O. **Lula planetário.** O Globo, [s.l.], 3 jan. 2004. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/lula-planetario>. Acesso em: 18.jan.2023.

CARVALHO, Daniel. et al. **Carlos França, substituto de Ernesto, é diplomata de pouca expressão no Itamaraty.** Folha de São Paulo. 29.mar.2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/03/substituto-de-ernesto-e-diplomata-de-pouca-expressao-no-itamaraty.shtml>. Acesso em: 18.jan.2023

CASARÕES, Guilherme. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. **Pensamento proprio**, v. 24, p. 231-274, 2019.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, 29, n. 2, 2007. 273-335.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008a.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em relações internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, p. 8-25, 2008b.

CHADE, J. **Chanceler faz périplo por governos populistas de direita na Europa.** UOL Notícias, São Paulo, 07 mai. 2019. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/05/07/chanceler-faz-periplo-por-governos-populistas-de-direita-na-europa/>. Acesso em: 18.jan.2023.

CHADE, J. **Brasil é deixado de fora de aliança sobre acesso a tratamentos na OMS.** UOL Notícias, São Paulo, 24.abr.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/24/sem-brasil-oms-faz-mega-evento-com-lideres-mundiais-e-rebate-bolsonaro.htm>. Acesso em: 18.jan.2023

COLETTA, R. D. **Em mudança de rumo, Itamaraty sinaliza apoio a negociação na Venezuela.** Folha de São Paulo, Brasília, 07 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/em-mudanca-de-rumo-itamaraty-sinaliza-apoio-a-negociacao-na-venezuela.shtml>. Acesso em: 18.jan.2023.

COLETTA, R. D. **Israel pressiona e governo Bolsonaro muda voto na ONU sobre direitos na Palestina.** Folha de São Paulo, Brasília, 14.dez.2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/12/israel-pressiona-e-governo-bolsonaro-muda-voto-na-onu-sobre-direitos-na-palestina.shtml>. Acesso em: 18.jan.2023.

CORBELLINI, J. MOURA, M. A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu. 2 ed. Rio de Janeiro: **Editora Record**, 2019.

CONTACTO. **Presidente do Brasil visita Portugal no início de 2020**. Contacto, Portugal, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www.wort.lu/pt/portugal/presidente-do-brasil-visita-portugal-no-in-cio-de-2020-5d3225b4da2cc1784e348382>. Acesso em: 18.jan.2023.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, 5(24), 111–150, 2014.

DIEGUEZ, C. O chanceler do regresso. **Revista Piauí**, Edição 151, abr.2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-chanceler-do-regresso/>. Acesso em: 14.out.2022

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ESTADÃO. **Aos poucos, Carlos França vai mudando perfil da política externa sob Bolsonaro**. Estadão, São Paulo, 16.ago.2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/aos-poucos-carlos-franca-vai-mudando-perfil-da-politica-externa-sob-bolsonaro/>. Acesso em: 18.jan.2023

FIGUEIRA, Ariane R. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502132870. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502132870/>. Acesso em: 18.jan.2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasil rompe tradição diplomática e vota a favor de Israel na ONU**. Folha de São Paulo, 22.mar.2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/brasil-muda-tradicao-diplomatica-e-vota-a-favor-de-israel-na-onu.shtml>. Acesso em: 18.jan.2013

FRANÇA, C. **Mercosul de resultados**. Poder 360, Brasília, 02 set. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/mercosul-de-resultados/>. Acesso em: 18.jan.2023.

FRAZÃO, F. **China reage a Eduardo Bolsonaro e diz que Brasil poderá 'arcar com consequências'**. Estadão, São Paulo, 25.nov.2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/china-reage-a-eduardo-bolsonaro-e-diz-que-brasil-podera-arcar-com-consequencias/>. Acesso em: 18.jan.2023

FRAZÃO, F. **Carlos Alberto França: Saiba quem é o novo ministro das Relações Exteriores**. CNN Brasil, São Paulo, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/carlos-alberto-franca-saiba-quem-e-o-novo-ministro-das-relacoes-exteriores/>. Acesso em: 18.jan.2023.

FREITAS, Rafael Augusto Silva Daltro de. **Os eixos da política externa de Ernesto Araújo e sua relação com o acumulado histórico da PEB**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22060/1/RASDF09022022.pdf>. Acesso em: 18.jan.2023.

G1. “**Íntegra: discurso de Jair Bolsonaro após vitória eleitoral**”. G1, Brasília, 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/integra-discurso-de-jair-bolsonaro-apos-vitoria-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 18.jan.2023.

GARCIA, G. **Bolsonaro aponta 'viés ideológico' na OMS e ameaça tirar Brasil da organização**. G1, Brasília, 05.jun.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/05/bolsonaro-aponta-vies-ideologico-na-oms-e-ameaca-tirar-brasil-da-organizacao.ghtml>. Acesso em: 18.jan.2023

GARDINI, Gian Luca; LAMBERT, Peter (Ed.). Latin American foreign policies: between ideology and pragmatism. **New York: Palgrave Macmillan**, 2011.

GIACOMELLI, Alex; VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. O multilateralismo, O Brasil e os novos tempos. **Cadernos de Política Exterior** 11, p. 29-52, 2022

GONZÁLEZ, R. S. **O Método Comparativo e a Ciência Política. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília, 2, n. 1, Janeiro-Junho 2008. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/repam/article/view/1464/1097>. Acesso em: 18.jan.2023.

GORTÁZAR, N. G. **Espanha pede a Bolsonaro compromissos contra o desmatamento para desbloquear o acordo UE-Mercosul**. EL PAÍS, São Paulo, 07 mai. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-08/espanha-pede-a-bolsonaro-compromissos-com-desmatamento-para-desbloquear-o-acordo-ue-mercosul.html>. Acesso em: 18.jan.2023.

HAILER, Marcelo. 2021. “**Em discurso de posse, novo chanceler do Brasil defende diplomacia ‘sem exclusões’**”. Brasil de Fato, 06.abr.2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/em-discurso-de-posse-novo-chanceler-do-brasil-defende-diplomacia-sem-exclusoes>. Acesso em: 18.jan.2023.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea; TABAK, Jana. **Organizações internacionais: história e práticas**. Elsevier Brasil, 2004.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu Morato. A Política Externa do Brasil nos Tempos do Governo Bolsonaro. 2022. **Política Externa Brasileira**, 2022.

HUNTER, W.; POWER, T. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. *Journal of Democracy*, v. 30 n. 1, p. 68-82, 2019.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais** – 3a edição revista e ampliada: Teorias e abordagens. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

JUNG, João. Política externa em tempos de crise: o desengajamento multilateral do Brasil sob o Governo Bolsonaro. In: **ISAPE Debate**, n.7, pp.1-14, 2020.

JUNQUEIRA, C. **O Uruguai de Lacalle Pou e os rumos da integração regional**. Observatório de Regionalismo, São Paulo, 10 mar. 2020. Disponível em:

<http://observatorio.repri.org/2020/03/10/o-uruguai-de-lacalle-pou-e-os-rumos-da-integracao-regional/>. Acesso em: 18.jan.2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade Fundamentos de metodologia científica. **Atlas**, 2003.

LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileira. **América Latina/Internacional**, v. 1, n. 2, p. 27-46, 1994.

MARQUES, G. **Após receber Araújo, ultranacionalista Salvini diz que Brasil e Itália estão em sintonia**. RFI, Roma, 08 mai. 2019. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20190508-apos-receber-araujo-ultranacionalista-salvini-diz-que-brasil-e-italia-estao-em-sinto>. Acesso em: 18.jan.2023.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações internacionais: cultura e poder**. Ibr, 2002.

MAZUCATO, Thiago et al. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Penápolis: **Funepe**, 2018.

MEDEIROS, Klei P.; VILAS-BOAS, Vinícius., ANDRADE, Enrico. Política Externa Conservadora: uma nova matriz no Brasil? 2019, **Le Monde Diplomatique**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/79475-2/>. Acesso em: 18.jan.2023.

MELO, Pedro Valença Viana de. **Mudança de curso? Um estudo comparativo da política externa brasileira sob Jair Bolsonaro**. Dissertação de Mestrado - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2022.

MELLO, Flavia de Campos. O Brasil e o multilateralismo contemporâneo. **Texto para discussão**, 2011.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações internacionais**. Elsevier, 2005.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p.621-648, 2017.

MILANI, Carlos et al. (Ed.). **Atlas da política externa brasileira**. CLACSO, 2015.

NEGRÃO, H. **Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia**. EL PAÍS, São Paulo, 15 ago. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219\\_277747.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html). Acesso em: 18.jan.2023.

NOBRE, M. O Caos como Método. 2019. **Revista Piauí**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/>. Acesso em: 18.jan.2023.

O GLOBO. **Covid-19: Ernesto Araújo denuncia ‘comunavírus’ e ataca OMS**. O Globo, São Paulo, 22.abr.2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/covid-19-ernesto-araujo-denuncia-comunavirus-ataca-oms-24387155>. Acesso em: 18.jan.2023

OLIVEIRA, E. **Decreto altera estrutura do Itamaraty e reforça preocupação com mudança do clima.** O Globo, Brasília, 01 abr. 2022. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/decreto-altera-estrutura-do-itamaraty-reforca-preocupacao-com-mudanca-do-clima-1-25458204>. Acesso em: 18.jan.2023.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de; ONUKI, Janina. 2013 Coalizões e Coesão: Mercosul e BRICS na ONU. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Functions and powers of the General Assembly.** Nova York: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023a. Disponível em:

<https://www.un.org/en/ga/about/background.shtml#:~:text=The%20Assembly%20makes%20recommendations%20to,humanitarian%2C%20social%20and%20legal%20matters..> Acesso em: 18.jan.2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Digital Library.** Nova York: ONU, 2023b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/?ln=en>. Acesso em: 18.jan.2023.

PAGLIARINI, Andre. **The worst diplomat in the world.** *Jacobin*, 2019. Disponível em:

<https://jacobin.com/2019/02/ernesto-araujo-jair-bolsonaro-brazil?fbclid=IwAR2CtwqPHnTSk21j6VDj6pPKtXI5YFb30bk9ivPsWj30U6WNpIdjPGiM>. Acesso em: 18.jan.2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Brazilian foreign policy: from the combined to the unbalanced axis (2003/2021). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, 2022.

PODER 360. **Brasil muda decisão e se abstém em votação para fim de bloqueio a Cuba.**

Poder 360, Brasília, 24 jun. 2021. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-muda-decisao-e-se-abstem-em-votacao-para-fim-de-bloqueio-a-cuba/>. Acesso em: 18.jan.2023.

RITTNER, D.; SCHUCH, M. **Na berlinda, Filipe Martins perde espaço no Itamaraty.** O Valor, Brasília, 12.maio.2021. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/12/na-berlinda-filipe-martins-perde-espaco-no-itamaraty.ghtml>. Acesso em: 18.jan.2023

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, p. 40-59, 2013.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, 2019.

SCHERER, Lucas Mondin. A política externa do governo Bolsonaro: a autonomia pelo distanciamento. **Revista Relações Exteriores.** Disponível em:

<https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 18.jan.2023.

SEABRA, Pedro. À deriva no mundo: a política externa no Brasil de Bolsonaro. Janus 2020-2021. **As relações internacionais em contexto de pandemia**, 2021.

SILVA, André Luiz Reis da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Interacción Sino-Iberoamericana/Sino-Iberoamerican Interaction**, 2022.

SOUSA, Fernando de. Dicionário de relações internacionais. Edições Afrontamento, **CEPESE**, e autores, Santa Maria, 2005.

SOUSA, T. **Fertilizantes: árabes podem suprir parte da demanda. Agência de Notícias Brasil-Árabe**. São Paulo, 03 mar. 2022. Disponível em: <https://anba.com.br/fertilizantes-arabes-podem-suprir-parte-da-demanda/>. Acesso em: 18.jan.2023.

TOMEI, Stefano Andrade. Metapolítica: A ideologia na política externa do governo Bolsonaro. **ÂNDÉ: Ciências e Humanidades**, v. 5, n. 1, p. 102-118, 2021.

VALENTE, J. **Brasil reconhece Guaidó como presidente interino da Venezuela**. Agência Brasil, Brasília, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/brasil-reconhece-guaido-como-presidente-interino-da-venezuela>. Acesso em: 18.jan.2023.

VALOR ECONÔMICO. **Turquia se oferece para mediar diálogo entre Rússia e Ucrânia**. Valor Econômico, São Paulo, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/02/23/turquia-se-oferece-para-mediador-dilogos-entre-russia-e-ucrania.gh.html>. Acesso em: 18.jan.2023.

VASCONCELOS, R. **Sem Ernesto Araújo, Itamaraty retorna à discrição e ensaia moderação. Estadão**. 07.jul.2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/cem-dias-sem-ernesto-o-que-mudou-no-itamaraty-sob-nova-direcao/>. Acesso: 18.jan.2023.

VEJA. **Bolsonaro zomba da esposa de Macron e é acusado de sexismo**. Veja, São Paulo, 25 ago. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-zomba-da-esposa-de-macron-e-e-acusado-de-sexismo/>. Acesso em: 18.jan.2023.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, v. 20, 2019.

WENDT, Alexander, “Anarchy is what states makes of it: the social construction of Power politics”. **International Organization**, 46, 1992,

ZARUR, C. **Sete momentos em que Ernesto Araújo atacou a China**. O Globo, Rio de Janeiro, 18 mai. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/sete-momentos-em-que-ernesto-araujo-atacou-china-1-25023701>. Acesso em: 18.jan.2023.

ZUCATTO, Giovana Esther. A ascensão da direita na América do Sul. **Boletim OPSA**, n. 1, p. 6-14, 2019.

**APÊNDICE A – TABELA DE VOTOS DO BRASIL POR RESOLUÇÃO NAS  
ASSEMBLEIAS GERAIS DA ONU DE 2019 A 2022**

(continua)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
The situation in Afghanistan	A FAVOR	A/RES/74/9	A FAVOR	A/RES/75/90	X	X	A FAVOR	A/RES/77/10	MANTEVE
Committee on the Exercise of the Inalienable Rights of the Palestinian People	CONTRA	A/RES/74/10	CONTRA	A/RES/75/20	X	X	CONTRA	A/RES/77/22	MANTEVE
Peaceful settlement of the question of Palestine	ABSTENÇÃO	A/RES/74/11	ABSTENÇÃO	A/RES/75/22	ABSTENÇÃO	A/RES/76/10	ABSTENÇÃO	A/RES/77/25	MANTEVE
Division for Palestinian Rights of the Secretariat	CONTRA	A/RES/74/12	CONTRA	A/RES/75/21	X	X	CONTRA	A/RES/77/23	MANTEVE
Special information programme on the question of Palestine of the Department of Global Communications of the Secretariat	A FAVOR	A/RES/74/13	A FAVOR	A/RES/75/23	X	X	A FAVOR	A/RES/77/24	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
The Syrian Golan	CONTRA	A/RES/74/14	CONTRA	A/RES/75/24	ABSTENÇÃO	A/RES/76/11	ABSTENÇÃO	A/RES/77/26	MUDOU
Problem of the militarization of the Autonomous Republic of Crimea and the city of Sevastopol, Ukraine, as well as parts of the Black Sea and the Sea of Azov	ABSTENÇÃO	A/RES/74/17	ABSTENÇÃO	A/RES/75/29	ABSTENÇÃO	A/RES/76/70	X	X	MANTEVE
Oceans and the law of the sea	A FAVOR	A/RES/74/19	A FAVOR	A/RES/75/239	A FAVOR	A/RES/76/72	A FAVOR	A/RES/77/248	MANTEVE
Necessity of ending the economic, commercial and financial embargo imposed by the United States of America against Cuba	CONTRA	A/RES/74/7	ABSTENÇÃO	A/RES/75/289	X	X	ABSTENÇÃO	A/RES/77/7	MUDOU
Implementation of the Declaration of the Indian Ocean as a Zone of Peace	A FAVOR	A/RES/74/25	X	X	A FAVOR	A/RES/76/17	X	X	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
Developments in the field of information and telecommunications in the context of international security	A FAVOR	A/RES/74/29	ABSTENÇÃO	A/RES/75/240	ADOTADA SEM VOTAÇÃO	A/RES/76/19	A FAVOR	A/RES/77/36	MUDOU
Establishment of a nuclear-weapon-free zone in the region of the Middle East	A FAVOR	A/RES/74/30	A FAVOR	A/RES/75/33	A FAVOR	A/RES/76/20	A FAVOR	A/RES/77/38	MANTEVE
Conclusion of effective international arrangements to assure non-nuclear-weapon States against the use or threat of use of nuclear weapons	A FAVOR	A/RES/74/31	A FAVOR	A/RES/75/34	A FAVOR	A/RES/76/21	A FAVOR	A/RES/77/39	MANTEVE
No first placement of weapons in outer space	A FAVOR	A/RES/74/33	A FAVOR	A/RES/75/37	A FAVOR	A/RES/76/23	A FAVOR	A/RES/77/42	MANTEVE
Further practical measures for the prevention of an arms race in outer space	A FAVOR	A/RES/74/34	X	X	ABSTENÇÃO	A/RES/76/230	ABSTENÇÃO	A/RES/77/250	MUDOU

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
Follow-up to nuclear disarmament obligations agreed to at the 1995, 2000 and 2010 Review Conferences of the Parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons	A FAVOR	A/RES/74/36	X	X	A FAVOR	A/RES/76/31	X	X	MANTEVE
Conventional arms control at the regional and subregional levels	A FAVOR	A/RES/74/38	A FAVOR	A/RES/75/500	A FAVOR	A/RES/76/42	A FAVOR	A/RES/77/61	MANTEVE
Implementation of the Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on Their Destruction	A FAVOR	A/RES/74/40	A FAVOR	A/RES/75/55	A FAVOR	A/RES/76/29	A FAVOR	A/RES/77/73	MANTEVE
Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons	A FAVOR	A/RES/74/41	A FAVOR	A/RES/75/40	A FAVOR	A/RES/76/34	A FAVOR	A/RES/77/54	MANTEVE
Humanitarian consequences of nuclear weapons	A FAVOR	A/RES/74/42	A FAVOR	A/RES/75/39	A FAVOR	A/RES/76/30	A FAVOR	A/RES/77/53	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
Reducing nuclear danger	A FAVOR	A/RES/74/44	A FAVOR	A/RES/75/57	A FAVOR	A/RES/76/27	A FAVOR	A/RES/77/74	MANTEVE
Nuclear disarmament	A FAVOR	A/RES/74/45	A FAVOR	A/RES/75/63	A FAVOR	A/RES/76/46	A FAVOR	A/RES/77/65	MANTEVE
Towards a nuclear-weapon-free world : accelerating the implementation of nuclear disarmament commitments	A FAVOR	A/RES/74/46	A FAVOR	A/RES/75/65	A FAVOR	A/RES/76/49	X	X	MANTEVE
Ethical imperatives for a nuclear-weapon-free world	A FAVOR	A/RES/74/47	A FAVOR	A/RES/75/73	A FAVOR	A/RES/76/25	A FAVOR	A/RES/77/67	MANTEVE
Nuclear-weapon free southern hemisphere and adjacent areas	A FAVOR	A/RES/74/48	X	X	A FAVOR	A/RES/76/44	X	X	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
The Arms Trade Treaty	A FAVOR	A/RES/74/49	A FAVOR	A/RES/75/64	A FAVOR	A/RES/76/50	A FAVOR	A/RES/77/62	MANTEVE
Transparency in armaments	A FAVOR	A/RES/74/53	X	X	X	X	A FAVOR	A/RES/77/69	MANTEVE
Follow-up to the 2013 High-Level Meeting of the General Assembly on Nuclear Disarmament	A FAVOR	A/RES/74/54	A FAVOR	A/RES/75/45	A FAVOR	A/RES/76/36	A FAVOR	A/RES/77/47	MANTEVE
Promotion of multilateralism in the area of disarmament and non-proliferation	A FAVOR	A/RES/74/55	A FAVOR	A/RES/75/47	A FAVOR	A/RES/76/40	A FAVOR	A/RES/77/48	MANTEVE
Follow-up to the advisory opinion of the International Court of Justice on the legality of the threat or use of nuclear weapons	A FAVOR	A/RES/74/59	A FAVOR	A/RES/75/66	A FAVOR	A/RES/76/53	A FAVOR	A/RES/77/57	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
Implementation of the Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti Personnel Mines and on Their Destruction	A FAVOR	A/RES/74/61	A FAVOR	A/RES/75/52	A FAVOR	A/RES/76/26	A FAVOR	A/RES/77/63	MANTEVE
Joint courses of action and future oriented dialogue towards a world without nuclear weapons	ABSTENÇÃO	A/RES/74/63	ABSTENÇÃO	A/RES/75/71	ABSTENÇÃO	A/RES/76/54	ABSTENÇÃO	A/RES/77/76	MANTEVE
Strengthening and developing the system of arms control, disarmament and non-proliferation treaties and agreements	A FAVOR	A/RES/74/66	A FAVOR	A/RES/75/68	X	X	A FAVOR	A/RES/77/78	MANTEVE
Convention on the Prohibition of the Use of Nuclear Weapons	ABSTENÇÃO	A/RES/74/68	ABSTENÇÃO	A/RES/75/75	ABSTENÇÃO	A/RES/76/56	ABSTENÇÃO	A/RES/77/82	MANTEVE
The risk of nuclear proliferation in the Middle East	A FAVOR	A/RES/74/75	A FAVOR	A/RES/75/84	A FAVOR	A/RES/76/63	A FAVOR	A/RES/77/91	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
Strengthening of security and cooperation in the Mediterranean region	A FAVOR	A/RES/74/77	A FAVOR	A/RES/75/86	A FAVOR	A/RES/76/65	A FAVOR	A/RES/77/93	MANTEVE
Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty	A FAVOR	A/RES/74/78	A FAVOR	A/RES/75/87	A FAVOR	A/RES/76/66	A FAVOR	A/RES/77/94	MANTEVE
Assistance to Palestine refugees	A FAVOR	A/RES/74/83	A FAVOR	A/RES/75/93	A FAVOR	A/RES/76/77	A FAVOR	A/RES/77/123	MANTEVE
Operations of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East	A FAVOR	A/RES/74/85	A FAVOR	A/RES/75/94	A FAVOR	A/RES/76/78	A FAVOR	A/RES/77/122	MANTEVE
Palestine refugees' properties and their revenues	ABSTENÇÃO	A/RES/74/86	ABSTENÇÃO	A/RES/75/95	ABSTENÇÃO	A/RES/76/79	ABSTENÇÃO	A/RES/77/124	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
Work of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Palestinian People and Other Arabs of the Occupied Territories	CONTRA	A/RES/74/87	CONTRA	A/RES/75/96	CONTRA	A/RES/76/80	X	X	MANTEVE
Israeli settlements in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and the occupied Syrian Golan	ABSTENÇÃO	A/RES/74/88	ABSTENÇÃO	A/RES/75/97	ABSTENÇÃO	A/RES/76/82	ABSTENÇÃO	A/RES/77/126	MANTEVE
The occupied Syrian Golan	ABSTENÇÃO	A/RES/74/90	ABSTENÇÃO	A/RES/75/99	ABSTENÇÃO	A/RES/76/81	ABSTENÇÃO	A/RES/77/125	MANTEVE
Information from Non-Self-Governing Territories transmitted under Article 73 e of the Charter of the United Nations	A FAVOR	A/RES/74/93	A FAVOR	A/RES/75/102	A FAVOR	A/RES/76/85	A FAVOR	A/RES/77/129	MANTEVE
Economic and other activities which affect the interests of the peoples of the Non-Self-Governing Territories	A FAVOR	A/RES/74/94	A FAVOR	A/RES/75/103	A FAVOR	A/RES/76/86	A FAVOR	A/RES/77/130	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
Dissemination of information on decolonization	A FAVOR	A/RES/74/112	A FAVOR	A/RES/75/121	A FAVOR	A/RES/76/104	A FAVOR	A/RES/77/148	MANTEVE
Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples	ABSTENÇÃO	A/RES/74/113	ABSTENÇÃO	A/RES/75/122	A FAVOR	A/RES/76/105	A FAVOR	A/RES/77/149	MUDOU
Implementation of the outcome of the World Summit for Social Development and of the 24th special session of the General Assembly	A FAVOR	A/RES/74/122	A FAVOR	A/RES/75/151	A FAVOR	A/RES/76/134	ADOTADA SEM VOTAÇÃO	A/RES/77/188	MANTEVE
Office of the United Nations High Commissioner for Refugees	A FAVOR	A/RES/74/130	A FAVOR	A/RES/75/163	A FAVOR	A/RES/76/143	ADOTADA SEM VOTAÇÃO	A/RES/77/198	MANTEVE
Report of the Human Rights Council	A FAVOR	A/RES/74/132	A FAVOR	A/RES/75/165	A FAVOR	A/RES/76/145	A FAVOR	A/RES/77/200	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
Combating glorification of Nazism, neo-Nazism and other practices that contribute to fuelling contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance	A FAVOR	A/RES/74/136	A FAVOR	A/RES/75/169	A FAVOR	A/RES/76/149	A FAVOR	A/RES/77/204	MANTEVE
Use of mercenaries as a means of violating human rights and impeding the exercise of the right of peoples to self-determination	ABSTENÇÃO	A/RES/74/138	ABSTENÇÃO	A/RES/75/171	A FAVOR	A/RES/76/151	A FAVOR	A/RES/77/206	MUDOU
The right of the Palestinian people to self-determination	A FAVOR	A/RES/74/139	A FAVOR	A/RES/75/172	A FAVOR	A/RES/76/150	A FAVOR	A/RES/77/208	MANTEVE
The right to food	A FAVOR	A/RES/74/149	A FAVOR	A/RES/75/179	A FAVOR	A/RES/76/166	ADOTADA SEM VOTAÇÃO	A/RES/77/217	MANTEVE
Promotion of a democratic and equitable international order	ABSTENÇÃO	A/RES/74/150	CONTRA	A/RES/75/178	ABSTENÇÃO	A/RES/76/165	ABSTENÇÃO	A/RES/77/215	MUDOU

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
The right to development	ABSTENÇÃO	A/RES/74/152	ABSTENÇÃO	A/RES/75/182	ABSTENÇÃO	A/RES/76/163	ABSTENÇÃO	A/RES/77/212	MANTEVE
Human rights and unilateral coercive measures	CONTRA	A/RES/74/154	CONTRA	A/RES/75/181	CONTRA	A/RES/76/161	ABSTENÇÃO	A/RES/77/214	MANTEVE
Promotion of equitable geographical distribution in the membership of the human rights treaty bodies	ABSTENÇÃO	A/RES/74/155	X	X	A FAVOR	A/RES/76/160	X	X	MUDOU
Human rights and cultural diversity	CONTRA	A/RES/74/159	X	X	CONTRA	A/RES/76/162	X	X	MANTEVE
United Nations Human Rights Training and Documentation Centre for South West Asia and the Arab Region	A FAVOR	A/RES/74/163	X	X	A FAVOR	A/RES/76/155	X	X	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran	ABSTENÇÃO	A/RES/74/167	ABSTENÇÃO	A/RES/75/191	ABSTENÇÃO	A/RES/76/178	ABSTENÇÃO	A/RES/77/228	MANTEVE
Situation of human rights in the Autonomous Republic of Crimea and the city of Sevastopol, Ukraine	ABSTENÇÃO	A/RES/74/168	ABSTENÇÃO	A/RES/75/192	ABSTENÇÃO	A/RES/76/179	ABSTENÇÃO	A/RES/77/229	MANTEVE
Situation of human rights in the Syrian Arab Republic	A FAVOR	A/RES/74/169	A FAVOR	A/RES/75/193	A FAVOR	A/RES/76/228	A FAVOR	A/RES/77/230	MANTEVE
Unilateral economic measures as a means of political and economic coercion against developing countries	ABSTENÇÃO	A/RES/74/200	X	X	A FAVOR	A/RES/76/191	X	X	MUDOU
International trade and development	A FAVOR	A/RES/74/201	A FAVOR	A/RES/75/203	A FAVOR	A/RES/76/190	ADOTADA SEM VOTAÇÃO	A/RES/77/151	MANTEVE

(continuação)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
International financial system and development	A FAVOR	A/RES/74/202	A FAVOR	A/RES/75/204	A FAVOR	A/RES/76/192	ADOTADA SEM VOTAÇÃO	A/RES/77/152	MANTEVE
Commodities	A FAVOR	A/RES/74/204	X	X	A FAVOR	A/RES/76/194	X	X	MANTEVE
Oil slick on Lebanese shores	A FAVOR	A/RES/74/208	A FAVOR	A/RES/75/209	A FAVOR	A/RES/76/199	A FAVOR	A/RES/77/157	MANTEVE
Agricultural technology for sustainable development	A FAVOR	A/RES/74/215	X	X	A FAVOR	A/RES/76/200	X	X	MANTEVE
Combating sand and dust storms	A FAVOR	A/RES/74/226	A FAVOR	A/RES/75/222	A FAVOR	A/RES/76/211	A FAVOR	A/RES/77/171	MANTEVE

(conclusão)

Título da Resolução	74ª AGNU (2019-2020)		75ª AGNU (2020-21)		76ª AGNU (2021-22)		77ª AGNU (2022-23)		Posição
	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	Voto	nº	
Role of the United Nations in promoting development in the context of globalization and interdependence	A FAVOR	A/RES/74/228	X	X	X	X	A FAVOR	A/RES/77/175	MANTEVE
Eradicating rural poverty to implement the 2030 Agenda for Sustainable Development	A FAVOR	A/RES/74/237	A FAVOR	A/RES/75/232	A FAVOR	A/RES/76/219	A FAVOR	A/RES/77/183	MANTEVE
Permanent sovereignty of the Palestinian people in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and of the Arab	ABSTENÇÃO	A/RES/74/243	ABSTENÇÃO	A/RES/75/236	ABSTENÇÃO	A/RES/76/225	A FAVOR	A/RES/77/187	MANTEVE
Status of internally displaced persons and refugees from Abkhazia, Georgia, and the Tskhinvali region/South Ossetia, Georgia	ABSTENÇÃO	A/RES/74/300	ABSTENÇÃO	A/RES/75/285	ABSTENÇÃO	A/RES/76/267	X	X	MANTEVE

VOTAÇÕES SOB ARAÚJO VOTAÇÕES SOB FRANÇA